

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	18
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	25
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	26
2.5 Medições não contábeis	29
2.6 Eventos subsequentes as DFs	33
2.7 Destinação de resultados	34
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	36
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	37
2.10 Planos de negócios	38
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	39
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	40
5.2 Descrição dos controles internos	44
5.3 Programa de integridade	49
5.4 Alterações significativas	53
5.5 Outras informações relevantes	54

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. - Condições financeiras e patrimoniais:

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 deste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas, relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* – IASB (“IASB”).

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas Demonstrações Financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas no item 2 em geral significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

As informações constantes neste item 2 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com a nossa demonstração financeira consolidada referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 publicada no dia 28 de março de 2023, disponíveis em nosso site (<http://ri.internationalmealcompany.com/>) e na página de internet da Comissão de Valores Mobiliários.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Nossa receita líquida é gerada pelas vendas de alimentos, bebidas, combustíveis para automóveis, além de serviços correlatos, em rodovias, aeroportos, shopping centers e outros. Nossos principais gastos incluem custos com vendas de alimentos e combustíveis, mão-de-obra direta, depreciação e amortização de ativos operacionais, despesas administrativas e operacionais (principalmente despesas relacionadas a concessões, locação, manutenção de instalações e salários de nossos profissionais), despesas comerciais e despesas financeiras.

Aspectos macroeconômicos relevantes para a Companhia e suas controladas

A nossa situação financeira e o resultado de nossas operações são influenciados por fatores externos como desenvolvimento macroeconômico, taxa de desemprego e inflação, dos países em que operamos, sobretudo do Brasil.

A seguir são analisados alguns dos principais aspectos macroeconômicos relevantes para os setores de atuação da Companhia, bem como os seus impactos nas suas condições financeiras e patrimoniais gerais nos últimos exercícios sociais.

Cenário macroeconômico do Brasil

A maior parte de nossas operações é conduzida no Brasil e é influenciada pelo ambiente econômico brasileiro. O PIB (produto Interno Bruto) no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi de 3,10% e 4,60%, respectivamente.

A inflação medida pelo IPCA, divulgado pelo IBGE, foi de 5,79%, 10,06% nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a taxa SELIC era 13,75% e 9,25%, respectivamente.

O desemprego apresentou uma taxa de 7,90% e 11,10% em 31 de dezembro de 2022 e 2021 respectivamente,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022, a perspectiva de crédito do Brasil se manteve estável tal como em 2020 e 2019 com nota de Ba2 pela agência Moody's e BB- pela agência Standard & Poor's.

Os principais indicadores macroeconômicos responsáveis pelo cenário econômico brasileiro durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão indicados na tabela abaixo.

	Exercício social findo em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Crescimento real do PIB ⁽¹⁾	3,10%	4,60%
Inflação IGP-M ⁽²⁾	5,45%	17,78%
Inflação IPCA ⁽³⁾	5,79%	10,06%
Taxa de depósito interbancário - CDI ⁽⁴⁾	13,65%	4,42%
Taxa Selic ⁽⁵⁾	13,75%	9,25%
Taxa de juros de longo prazo (TJLP) ⁽⁶⁾	7,20%	5,32%
Valorização (depreciação) do real frente ao dólar (taxa fim)	(8,36%)	(6,88%)
Taxa de câmbio no final do período - ⁽⁷⁾	5,2177	5,6939
Valorização (depreciação) do real frente ao dólar (taxa média)	(7,46%)	(8,73%)
Taxa de câmbio média - US \$ 1,00 ⁽⁸⁾	5,1636	5,5799

⁽¹⁾ PIB brasileiro conforme publicado usando a nova metodologia do IBGE.

⁽²⁾ O IGP-M é medido pela FGV, representando os dados cumulativos dos últimos 12 meses para cada período.

⁽³⁾ IPCA é medido pelo IBGE, representando os dados cumulativos dos últimos 12 meses para cada período.

⁽⁴⁾ O CDI é a média de taxa overnight interbancária no Brasil (taxa cumulativa para o período indicado).

⁽⁵⁾ A taxa SELIC é a taxa de empréstimo overnight do Banco Central. Refere-se à taxa alvo no final de cada período.

⁽⁶⁾ A TJLP é o custo básico do financiamento concedido pelo BNDES. Refere-se à taxa alvo no final de cada período.

⁽⁷⁾ Taxa de fechamento no final de cada período apresentado (PTAX venda).

⁽⁸⁾ Média das taxas de fechamento diárias nos períodos apresentados (PTAX venda).

Fontes: Banco Central, IBGE, CETIP e Bloomberg

Cenário macroeconômico do Caribe

Cenário Macroeconômico do Panamá

As operações no Panamá foram descontinuadas em 30 de novembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021 o país apresentou uma taxa de desemprego de 13,20%, contra 18,5% no mesmo período em 2020, segundo o INEC- Instituto Nacional de Estadística y Censo Controladora General de la República de Panamá. A economia é altamente dependente do turismo.

Cenário Macroeconômico da Colômbia

A taxa de desemprego em dezembro de 2022 e 2021 foi de 9,10% e 12,20%, respectivamente, demonstrando, portanto, uma diminuição relevante.

Cenário macroeconômico dos Estados Unidos

Os Estados Unidos são a maior economia do mundo, tendo alcançado um produto interno bruto (PIB) de US\$25.460.000 em 31 de dezembro de 2022 e US\$22.800.000 em dezembro de 2021. O PIB dos Estados Unidos teve

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

um crescimento de 2,10% entre 2022 e 2021. A taxa de desemprego é uma das menores do mundo voltando ao patamar 3,50%.

Principais métricas de liquidez e financeira

Nossa Diretoria revisa regularmente as principais métricas de liquidez e financeira descritas abaixo para avaliar nossos negócios.

(Em milhares de reais, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Patrimônio líquido	1.130.789	1.126.686
Índice de liquidez corrente ⁽¹⁾	0,9	1,3
Dívida Bruta ⁽²⁾	1.306.595	1.358.797
Dívida Líquida ⁽³⁾	932.756	845.315
Índice de endividamento total ⁽⁴⁾	1,6	1,6
<p>⁽¹⁾ O índice de liquidez corrente refere-se ao quociente da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante da Companhia.</p> <p>⁽²⁾ A dívida bruta corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures, parcelamento de aquisições de empresas e passivo de arrendamento ("direito de uso"), líquido dos instrumentos financeiros derivativos (circulante e não circulante). A dívida bruta não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida bruta de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.</p> <p>⁽³⁾ A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures, parcelamento de aquisições de empresas e passivo de arrendamento ("direito de uso"), líquido dos instrumentos financeiros derivativos (circulante e não circulante), deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa. A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas internacionais de relatório financeiro (<i>International Financial Reporting Standards</i> - "IFRS"), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.</p> <p>⁽⁴⁾ O índice de endividamento total corresponde ao quociente da divisão (i) do resultado da soma do passivo circulante e do passivo não circulante; pelo (ii) patrimônio líquido da Companhia.</p>		

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo circulante da Companhia era de R\$684.625 mil e um passivo circulante em 31 de dezembro de 2022 de R\$739.917 mil, representando um índice de liquidez corrente de 0,9.

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante da Companhia era de R\$654.936 mil e um passivo circulante em 31 de dezembro de 2021 de R\$488.162 mil, representando um índice de liquidez corrente de 1,3.

Em 31 de dezembro de 2022, o índice de endividamento total foi de 1,6 ou seja, igual ao total apurado em 31 de dezembro de 2021, que foi de 1,6.

Com base nas informações acima descritas, bem como considerando a geração de caixa e o índice de endividamento da Companhia mencionados acima, a Diretoria da Companhia entende que possui as condições de geração de caixa,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

patrimoniais e financeiras suficientes para (i) implementar os seus planos de negócios e investimentos e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar sua estrutura de capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações.

A estrutura de capital é mensurada principalmente pela relação entre a dívida (de qualquer natureza) sobre o patrimônio líquido da Companhia. Nossa estrutura de capital está demonstrada no quadro abaixo:

(Em milhares de R\$, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Passivo circulante e não circulante (capital de terceiros)	1.823.755	1.824.512
Patrimônio líquido (capital próprio)	1.130.789	1.126.686
Total do passivo e do patrimônio líquido (capital de terceiros + capital próprio)	2.954.544	2.951.198
Capital de terceiros ⁽¹⁾	61,73%	61,82%
Capital próprio ⁽²⁾	38,27%	38,18%
⁽¹⁾ O capital de terceiros corresponde ao passivo circulante acrescido do passivo não circulante dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.		
⁽²⁾ O capital próprio corresponde ao quociente da divisão do patrimônio líquido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.		

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as necessidades de tesouraria e financiamento da Companhia foram cobertas com a geração de caixa da Companhia e de suas controladas (direta e indiretas) e com a utilização de instrumentos bancários de financiamento.

Apresentamos a seguir a relação dívida líquida / EBITDA Ajustado em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

(Em milhares de reais)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022	
	2022	2021
Dívida líquida ⁽¹⁾	932.756	815.021
EBITDA ajustado ⁽²⁾	336.100	179.844
Dívida líquida / EBITDA Ajustado	2,78	4,99

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

⁽¹⁾ A Dívida Líquida corresponde ao total dos empréstimos, financiamentos e debêntures, parcelamento de aquisições de empresas, passivos de arrendamento (“direitos de uso”), líquido dos instrumentos financeiros derivativos e deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - “IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

⁽²⁾ O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, que consiste no lucro (prejuízo) líquido do período/exercício, acrescido do resultado financeiro, do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, ajustado pelos pagamentos baseados em ações (“Stock options”) pelo redução do valor recuperável dos ativos (“impairment”) e de provisões para fechamento de lojas, despesas com reestruturações corporativa e administrativa, despesas com serviços de consultoria relativas à implementação de projetos, despesas com fusões e aquisições e despesas com a abertura de novas lojas (em conjunto, “itens especiais”). O EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - “IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e não representa os fluxos de caixa dos períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro (prejuízo) líquido do período/exercício, como indicadores de desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, nem como indicador de liquidez ou base para pagamento de dividendos, vide a reconciliação do lucro (prejuízo) líquido do período/exercício para o EBITDA Ajustado na seção 2.5 deste Formulário de Referência.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía um endividamento líquido correspondente à 2,78 vezes o EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía um endividamento líquido correspondente à 4,9 vezes o EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses.

Tendo em vista o seu nível de geração de caixa operacional e a capacidade da Companhia de acessar no mercado recursos provenientes de empréstimos e financiamentos, a Administração acredita ter condições de honrar os compromissos financeiros assumidos, embora a Companhia não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente considerando a incerteza oriunda dos impactos da pandemia do COVID-19 na economia brasileira, suas operações e fluxos de caixa futuros. Caso a Companhia entenda necessário contrair empréstimos adicionais para financiar suas atividades e investimentos, envidará os melhores esforços para contratá-los, porém a Companhia poderá enfrentar dificuldades para obtenção de novos financiamentos junto a instituições financeiras ou eventuais outras restrições de caixa, o que pode comprometer e/ou dificultar o cumprimento dos covenants financeiros aos quais está sujeita no âmbito de suas obrigações.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (ii) desembolso de capital, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Na presente data, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela e o texto a seguir apresentam as principais características dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia com terceiros, bem como os respectivos saldos em aberto em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(Em milhares de reais)	Encargos	Vencimento	Saldo em 31 de dezembro de 2022	
			2022	2021
Cédula de crédito bancário (CCB) - EUA (a)	Libor 30 dias + "spread" de 3% a.a.	Anual até 21/11/2026	-	198.550
Cédula de crédito bancário (CCB) - EUA (b)	Spread de 3,05% a.a.	Mensal até 01/07/2027	71.637	-
Cédula de Crédito Bancário – CCB – Panamá (c)	Libor 90 dias (ou IBR 3 meses) + "spread" de 4,4% a.a.	Trimestral até 21/05/2025	-	67.306
Cédula de Crédito Bancário – CCB – Colômbia (d)	Libor 90 dias (ou IBR 3 meses) + "spread" de 3,7% a.a.	Trimestral até 09/04/2025	-	12.516
Debêntures 1ª série (e)	CDI + spread de 4,85% a.a.	Anual até 15/03/2024	97.414	143.744
Debêntures 2ª série (e)	CDI + spread de 5,30% a.a.	Anual até 15/03/2026	147.251	144.857
Emissão série única (f)	CDI + spread de 5,00% a.a.	Anual até 10/09/2025	176.110	173.085
Notas comerciais (g)	CDI+ spread de 2,30% a.a.	Anual até 18/01/2023	76.404	-
Notas comerciais BV(h)	CDI+ spread de 2,72% a.a.	Anual até 22/06/2024	50.186	-
Empréstimo modalidade 4131(i)	CDI+ spread de 3,35% a.a.	Anual até 29/11/2023	53.729	-
Outros			(8.399)	(3.860)
TOTAL			664.332	736.198

(a) Cédula de crédito bancário (CCB) – EUA: Empréstimo obtido em dólares norte-americanos (US\$) e com juros a uma taxa flutuante por ano determinada pelo banco, de 3% acima da Libor, amortizável em 3 parcelas anuais, sendo 15% em 2023, 15% em 2024 e 70% em 2026, e com pagamento de juros mensais a partir de janeiro/2022. Em 30 de junho

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de 2022 foi realizado o pagamento total do empréstimo no valor de R\$ 182.299 mil (cento e oitenta e dois milhões e duzentos e noventa e nove reais), e em moeda local no valor de U\$ 36.261 mil (trinta e seis milhões e duzentos e sessenta e um dólares), utilizando o caixa da própria operação.

(b) Cédula de crédito bancário (CCB) – EUA: Foi captado nos Estados Unidos um novo empréstimo com Seacoast Bank, no montante de USD 15.000.000,00 (quinze milhões dólares) em 30 de junho de 2022 com juros fixo 3,05%a.a. amortizável mensalmente (principal + juros) a partir de 1 de agosto de 2022, em 60 parcelas até 1 de julho de 2027. Os índices financeiros estabelecidos no contrato são acompanhados trimestralmente conforme cláusulas restritivas abaixo.

Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido
EBITDA/Dívida bruta	> 1,35
Passivo total/Patrimônio líquido tangível	< 4,0
Dívida líquida/EBITDA	< 3,0
Caixa Mínimo	40% do valor da dívida na data da contratação - (USD 6.000.000,00) 25% do saldo principal da dívida em aberto ao término do 1° ano 20% do saldo principal da dívida em aberto ao término do 2° ano 15% do saldo principal da dívida em aberto ao término do 3° ano 10% do saldo principal da dívida em aberto ao término do 4° ano
Conta Garantida	40% do valor da dívida na data da contratação - (USD 6.000.000,00) 25% do saldo principal da dívida em aberto ao término do 1° ano 20% do saldo principal da dívida em aberto ao término do 2° ano 15% do saldo principal da dívida em aberto ao término do 3° ano 10% do saldo principal da dívida em aberto ao término do 4° ano

(c) Cédula de Crédito Bancário – CCB – Panamá: Empréstimo obtido pela controlada IMC Panamá em 12 de outubro de 2017, em dólares norte-americanos (US\$) e com juros a uma taxa flutuante por ano determinada pelo banco, de 4,4% acima da Libor. Empréstimo amortizável em 12 parcelas iguais pagas trimestralmente a partir de 21 de agosto de 2022. Quanto ao indexador Libor, o mesmo será alterado contratualmente em 2023. Os índices financeiros estabelecidos no contrato são acompanhados semestralmente, seguindo as cláusulas da tabela abaixo.

Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido
Passivo total/ativo total	≤ 60%
Ebitda/Despesa financeira	≤ 2,0
(Fluxo de caixa livre 12 meses + caixa inicial)/ valor de juros e principal pagos nos últimos 12 meses	> 1

No dia 30 de novembro de 2022 foi realizada a liquidação no valor R\$ 34.937 mil (U\$ 5.107 mil) utilizando o caixa da própria operação e o restante do saldo de R\$ 29.118 mil (U\$ 5.515 mil) foi liquidado pelo comprador Inflight Holdings Cayman Ltda.

(d) Cédula de Crédito Bancário – CCB – Colômbia: Empréstimo obtido pela controlada Colômbia em 12 de outubro de 2017, em peso colombiano e com juros a uma taxa flutuante por ano determinada pelo banco de 3,7% acima da IBR. Empréstimo amortizável em 12 parcelas iguais pagas trimestralmente a partir de 12 de julho de 2022. No dia 08 de julho de 2022 foi realizada a liquidação de R\$ 11.063 mil de dívida na Colômbia, em moeda local COP 9.151 milhões, utilizando o caixa da própria operação. O intuito da operação foi simplificar a estrutura contratual e reduzir o pagamento de juros, além de fornecer mais flexibilidade na realocação do caixa gerado.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(e) Debêntures da 1ª e 2ª série: Primeira emissão de 250.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries de 125.000 debêntures cada, com valor nominal de R\$1.000,00, da espécie quirografária com garantia fidejussória, emitidas em 18 de março de 2019, com juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida exponencialmente de spread (sobretaxa) de 4,85% ao ano, com vencimento anual de 15 de março de 2022 até 2024 para a primeira série e 5,30% ao ano, com vencimento anual em 15 de março de 2025 e 2026 para a segunda série, com pagamento semestral de juros até a data de vencimento.

Os índices financeiros estabelecidos no contrato são acompanhados trimestralmente pelo agente fiduciário.

No dia 4 de junho de 2020, a Companhia renegociou as seguintes cláusulas da escritura de debentures, a qual foi aprovada pela unanimidade dos debenturistas:

- Suspensão da verificação do Índice Financeiro com base nas informações financeiras trimestrais consolidadas (ITRs) de 31 de março de 2020 até 30 de junho de 2021 e retornando a verificação em 30 de setembro de 2021 relativos ao quociente entre dívida líquida e EBITDA. O índice requerido a partir de março de 2022 deve ser < 3,0x.
- Alteração no exponencial de spread (sobretaxa) da 1ª Série, passando de 1,15% a.a. para 4,85% a.a., com vencimento em 2024;
- Alteração no exponencial de spread (sobretaxa) da 1ª Série, passando de 1,60% a.a. para 5,30% a.a., com vencimento em 2026.

(f) Emissão em série única: Emissão em série única de 150.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries de 150.000 debêntures cada (tendo sido emitida apenas uma série até 31.12.19), com valor nominal de R\$1.000,00, da espécie quirografária com garantia fidejussória, emitidas em 14 de setembro de 2019, com juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida exponencialmente de spread (sobretaxa) de 5,00% ao ano, com vencimento anual de 10 de setembro de 2023 até 2025, com pagamento semestral de juros até a data de vencimento.

Os índices financeiros estabelecidos no contrato são acompanhados trimestralmente pelo agente fiduciário.

No dia 4 de junho de 2020, a Companhia renegociou as seguintes cláusulas da escritura de debentures, a qual foi aprovada pela unanimidade dos debenturistas:

- Suspensão da verificação do Índice Financeiro com base nas informações financeiras trimestrais consolidadas (ITRs) de 31 de março de 2020 até 31 de junho de 2021 e retornando a verificação em 30 de setembro de 2021 relativos ao quociente entre dívida líquida e EBITDA. O índice requerido a partir de março de 2022 precisa ser < 3,0x;
- Alteração no exponencial de spread (sobretaxa) da 2ª Série, passando de 1,30% a.a. para 5,00% a.a., com vencimento em 2025.

(g) Notas comerciais: No dia 18 de março de 2022 a Companhia emitiu uma única série 75.000 notas comerciais no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, com juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida exponencialmente de spread (sobretaxa) de 2,30% ao ano, com vencimento em 18 de janeiro de 2023, com pagamento bimestral de juros até a data de vencimento. Os índices financeiros estabelecidos no contrato são acompanhados semestralmente conforme tabela abaixo.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido
Dívida Líquida/EBITDA	< 3,5

(h) Notas comerciais BV: No dia 22 de dezembro de 2022 a Companhia emitiu uma única série de 50.000 notas comerciais escriturais, objeto de colocação privada, no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, com juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida exponencialmente de spread (sobretaxa) de 2,72% ao ano, com vencimento em 22 de junho de 2024, com pagamento trimestral de juros até a data de vencimento. Os índices financeiros estabelecidos no contrato são acompanhados anualmente conforme tabela abaixo.

Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido
Dívida Líquida/EBITDA	< 3,0
Dívida bruta	≤ 600
Desinvestimentos	≤ 500

(i) Empréstimo na modalidade 4131: No dia 02 de dezembro de 2022 a Companhia contratou um empréstimo externo direto (4131) com o Banco do Brasil no valor de R\$ 53.149.000,00 (cinquenta e três milhões cento e quarenta e nove mil reais), com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, acrescida de spread (sobretaxa) de 3,35% ao ano, com vencimento em 2 de dezembro de 2023, com pagamento de juros e principal na data de vencimento. Não foi requerido índices financeiros no contrato.

Aprovação de renúncia em cláusula exigida na emissão das debêntures emitidas

Em 10 de outubro 2022 foi realizada a assembleia geral de debenturistas para aprovar um waiver (renúncia) autorizando a vendas de ativos da empresa até o limite de valor de R\$ 500 milhões pelo período de 18 meses. Como contrapartida, os debenturistas solicitaram algumas garantias:

- 42,5% do valor da venda deve ser alocado em uma conta escrow para ser utilizado apenas no pagamento de juros e amortização das debêntures conforme cronograma de vencimento;
- Pagamento de um percentual das vendas dos ativos acima de R\$ 100 milhões;
- Aumento do prêmio de resgate antecipado de 0,45% para 1,50% a.a;
- Abstenção até 31 de dezembro de 2023 de pagamento de dividendos aos acionistas e redução de capital da Emissora ou recompra de ações de sua própria emissão pela Emissora;
- Manter, temporariamente, a partir de 31 de março de 2023 até 31 de março de 2024, sua dívida bruta igual ou inferior a R\$ 600 milhões, a qual deverá ser verificada e auferida trimestralmente.

Garantias e compromissos

O Grupo possui empréstimos bancários com garantia que contém cláusulas contratuais restritivas (covenant). O não cumprimento futuro destas cláusulas contratuais restritivas pode exigir que o Grupo pague os empréstimos antes da data indicada na tabela acima. As cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que os contratos estejam sendo cumpridos. Para data-base 31 de dezembro de 2022 o Grupo atendeu aos índices exigidos.

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

	Controladora	Consolidado
2024	149.394	164.923

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2025	123.532	139.062
2026	69.523	85.053
2027 em diante	-	10.823
	342.449	399.861

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

O nosso relacionamento com instituições financeiras de primeira linha nos permite ter acesso a linhas de créditos adicionais não contratadas, na hipótese de haver necessidade, desde que não excedam as limitações estabelecidas em contratos anteriormente firmados.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas quirográficas. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Atualmente, possuímos certas restrições, negociáveis, impostas em nossos contratos atuais de empréstimos, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Os contratos descritos acima possuem cláusulas de vencimento antecipado usualmente utilizadas, tais como nas hipóteses (i) de ocorrência de operações de incorporação, fusão ou cisão das companhias devedoras; (ii) de mudanças adversas na situação financeira das companhias devedoras; (iii) de alteração de controle societário direto ou indireto das companhias devedoras; (iv) e de cumprimento de índice de dívida líquida EBITDA, conforme descritos no item 2.1(f)(i) acima.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia, na presente data, não possui qualquer contrato financeiro cujo desembolso não tenha sido realizado pelo credor integralmente.

(h) alterações significativas em itens das demonstrações financeiras e de fluxo de caixa

Demonstração do resultado do exercício (Em milhares de reais, exceto %)	Em 31 de dezembro 2022	AV (%)	Em 31 de dezembro 2021	AV (%)	AH (%)
RECEITA LÍQUIDA	2.240.696	100%	1.743.471	100%	29%
CUSTO DE VENDAS E SERVIÇOS	(1.546.797)	-69%	(1.222.412)	-70%	27%
LUCRO BRUTO	693.899	31%	521.059	30%	33%
RECEITA (DESPESAS) OPERACIONAIS					

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesas de vendas e operacionais	(544.531)	-24%	(433.486)	-25%	21%
Despesas gerais e administrativas	(210.979)	-9%	(143.848)	-8%	24%
Depreciação e amortização	-	0%	-	0%	
Redução do valor recuperável dos ativos	-	0%	-	0%	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	314.880	14%	16.855	1%	1.768%
Resultado de equivalência patrimonial	10.387	0%	12.445	1%	-17%
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	263.659	12%	(29.976)	-2%	1.077%
Resultado financeiro, líquido	(131.753)	-6%	(78.035)	-4%	69%
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	131.906	12%	(105.011)	-68%	-226%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(47.673)	-2%	5.078	0%	1.110%
Imposto de renda e contribuição social diferido	(19.567)	-1%	(8.934)	0%	119%
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO (OPERAÇÕES CONTINUADAS)	64.666	3%	(108.867)	-6%	-159%
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO (OPERAÇÕES DESCONTINUADAS)	8.003		28.418		
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	72.669		(80.449)		

Receita líquida

A receita líquida foi de R\$ 2.240.696 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação com R\$1.743.471 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o que representou um acréscimo de 29% (ou R\$497.225 mil).

A tabela a seguir apresenta um detalhamento de nossa receita líquida por segmento de negócios para os períodos indicados:

(Em milhares de reais, exceto porcentagens)	Saldo em 31 de dezembro de				
	2022	AV (%)	2021(i)	AV (%)	AH (%)
Frango Assado	649.499	29%	549.113	31%	18%
Aeroportos	144.660	6%	94.464	5%	36%
PH, KFC & Outros	576.780	26%	368.031	21%	61%
Caribe ⁽ⁱ⁾	76.673	3%	55.371	3%	38%
Estados Unidos	793.084	35%	676.492	39%	17%
Receita Líquida	2.240.696	100%	1.743.471	100%	29%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

⁽ⁱ⁾ Foi deduzido da receita do Caribe a receita proveniente da IMC Panamá que foi descontinuada em 30 de novembro de 2022. O resultado da IMC Panamá está consolidado na demonstração do resultado do exercício na linha de “lucro líquido das operações descontinuadas”.

Frango Assado

Nossa receita líquida de operações no segmento Frango Assado (rodovias) em 2022 aumentou R\$100.383 mil ou 18%, de R\$549.113 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$649.499 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Nossa receita líquida do segmento rodovias representou 29% e 31% de nossa receita líquida do exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

Aeroportos

Nossa receita líquida com as operações em aeroportos aumentou em R\$50.196 mil ou 53%, dos R\$94.464 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$144.660 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Nossa receita líquida com operações no segmento de aeroportos representou 6% e 5% de nossa receita líquida total nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

PH, KFC & Outros

Nossa receita líquida com as operações no segmento PH, KFC & Outros (shopping centers) aumentou em R\$208.749 mil ou 57%, dos R\$368.031 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$576.780 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Nossa receita líquida com operações em Shopping Centers representou 26% e 21% de nossa receita líquida total nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

Caribe

Nossa receita líquida com as operações no segmento Caribe aumentou em R\$21.302 mil ou 38%, dos R\$55.371 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$76.673 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, excluindo o efeito do Panamá que foi descontinuado.

Nossa receita líquida com operações no Caribe representou 3% e 3% de nossa receita líquida total nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

A receita proveniente da IMC Panamá que foi descontinuada em 30 de novembro de 2022 está consolidada com as outras rubricas de resultado na demonstração do resultado do exercício na linha de “lucro líquido das operações descontinuadas”.

Estados Unidos

Nossa receita líquida com as operações no segmento Estados Unidos aumentou em R\$116.592 mil ou 17%, dos R\$676.492 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$793.084 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Nossa receita líquida com operações nos Estados Unidos representou 35% e 39% de nossa receita líquida total nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

Custos de vendas e serviços

Nosso custo de vendas e serviços no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$1.546.797 mil contra R\$1.222.412 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o que representou um aumento de R\$324.385 mil ou de 26%.

O custo das vendas e serviços representou 69% e 70% de nossa receita líquida total nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

A tabela a seguir apresenta nossos custos de vendas e serviços por segmento de negócios para os períodos indicados:

(Em milhares de reais, exceto porcentagens)	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2022	AV (%)	2021(i)	AV (%)	AH (%)
Frango Assado	(548.420)	35%	(484.561)	40%	13%
Aeroportos	(97.724)	6%	(65.016)	5%	50%
PH, KFC & Outros	(387.372)	25%	(254.718)	21%	52%
Caribe(i)	(45.127)	3%	(31.976)	3%	41%
Estados Unidos	(468.604)	30%	(386.141)	32%	21%
Custo de vendas e serviços	(1.546.797)	100%	(1.222.412)	100%	26%

(i) Foi deduzido da receita do Caribe a receita proveniente da IMC Panamá que foi descontinuada em 30 de novembro de 2022. O resultado da IMC Panamá está consolidado na demonstração do resultado do exercício na linha de "lucro (prejuízo) das operações descontinuadas.

Lucro bruto

Como resultado acima descrito, nosso lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$693.899 mil em comparação com R\$521.058 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$172.841 mil ou 33%.

Nosso lucro bruto representou 31% e 30% de nossa receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente.

Despesas de vendas e operacionais

Nossas despesas de vendas e operacionais aumentou em R\$93.583 mil ou 24%, de R\$544.531 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$433.486 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

As despesas de vendas e operacionais corresponderam a 24% e 25% da nossa receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 respectivamente.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram R\$41.107 mil ou 24%, de R\$143.848 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$210.979 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As despesas gerais e administrativas corresponderam a 9% e 8% da nossa receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, respectivamente.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas foram R\$314.880 mil de receita em 31 de dezembro de 2022 contra R\$ 16.461 mil de receita em 31 de dezembro de 2021.

Resultado de Equivalência Patrimonial

Nosso resultado de equivalência patrimonial, teve uma variação negativa de R\$ 2.058 mil comparado os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Resultado financeiro, líquido

Nossa despesa financeira líquida aumentou de R\$78.035 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$131.753 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando uma variação negativa de R\$53.718 mil.

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

Como resultado do acima exposto, nós registramos prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$105.011 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 e lucro de R\$ 131.906 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Impostos de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e contribuição social tiveram uma variação de R\$63.384, sendo R\$67.240 mil de despesa no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e uma despesa de R\$3.856 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Lucro (prejuízo) líquido do período

Como resultado dos itens discutidos acima, nosso prejuízo líquido diminuiu em R\$153.117 mil passando de um prejuízo líquido de R\$80.449 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para um lucro líquido de R\$72.669 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 incluindo o resultado positivo de R\$ 8.003 mil das operações descontinuadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

ATIVO (Em milhares de reais, exceto %)	Em 31 de dezembro 2022	AV (%)	Em 31 de dezembro 2021	AV (%)	AH (%)
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	285.255	10%	461.280	16%	-38%
Aplicações Financeiras	88.584	3%	-	0%	100%
Contas a receber	117.277	4%	89.386	3%	31%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Estoques	57.378	2%	53.236	2%	8%
Tributos e contribuições a recuperar	60.993	2%	43.582	1%	40%
Despesas antecipadas	8.406	0%	3.645	0%	131%
Contas a receber de partes relacionadas	2.000	0%	1.568	0%	28%
Outros ativos circulantes	64.732	0%	2.239	0%	2.791%
Total do ativo circulante	684.625	23%	654.936	22%	5%
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	37.396	1%	5.533	0%	576%
Depósitos judiciais	4.429	0%	6.209	0%	-29%
Contas a receber de partes relacionadas	12.337	0%	11.399	0%	8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	83.432	3%	109.315	4%	-24%
Tributos e contribuições a recuperar	28.017	1%	36.221	1%	-23%
Outros ativos não circulantes	6.960	0%	17.980	1%	-61%
Investimentos	31.227	1%	30.233	1%	3%
Imobilizado	465.799	16%	447.298	15%	4%
Intangível	1.002.255	34%	1.049.566	36%	-5%
Direito de uso	598.067	20%	582.508	20%	3%
Total do ativo não circulante	2.269.919	77%	2.296.262	78%	-1%
TOTAL DO ATIVO	2.954.544	100%	2.951.198	100%	1%

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais, exceto %)	Em 31 de dezembro 2022	AV (%)	Em 31 de dezembro 2021	AV (%)	AH (%)
CIRCULANTE					
Fornecedores	195.929	7%	191.256	6%	2%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	264.471	9%	86.810	3%	205%
Salários e encargos sociais	81.776	3%	71.702	2%	14%
Tributos a recolher	42.940	1%	6.693	0%	542%
Receita diferida	3.929	0%	8.999	0%	-56%
Parcelamento de aquisição de empresas	-	0%	2.538	0%	-100%
Acordos e parcelamentos trabalhistas	2.543	0%	1.331	0%	91%
Passivo de Arrendamento ("direito de uso")	106.783	4%	87.984	3%	21%
Outros passivos circulantes	41.545	1%	30.849	1%	35%
Total do passivo circulante	739.917	25%	488.162	17%	52%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	399.861	14%	649.388	22%	-38%
Tributos a recolher	389	0%	-	0%	0%
Provisão para disputas trabalhistas, cíveis e tributárias	106.805	4%	92.479	3%	15%
Receita diferida	6.516	0%	16.044	1%	-59%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31.362	1%	40.204	1%	-22%
Parcelamento de aquisição de empresas	6.090	0%	6.194	0%	-2%
Passivo de Arrendamento ("direito de uso")	529.390	18%	525.883	18%	1%
Outros passivos circulantes	3.425	0%	6.158	0%	-44%
Total do passivo não circulante	1.083.838	37%	1.336.350	45%	-19%
Total do patrimônio líquido	1.130.789	39%	1.126.686	38%	1%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.954.544	100%	2.951.198	100%	100%

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo circulante era de R\$684.625 mil, em comparação com R\$654.936 mil em 31 de dezembro de 2021. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 23% em 31 de dezembro de 2022 e 22% em 31 de dezembro de 2021.

A variação positiva de R\$29.689 mil no ativo circulante foi ocasionada, principalmente, pelo aumento nas rubricas de aplicações financeiras e outros ativos circulantes (contas a receber de terceiros e adiantamentos).

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo não circulante era de R\$2.269.919 mil, em comparação com R\$2.296.262 mil em 31 de dezembro de 2021. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 77% em 31 de dezembro de 2022 e 78% em 31 de dezembro de 2021.

A diminuição de R\$26.343 mil no ativo não circulante deve-se principalmente a diminuição do intangível e imposto de renda e contribuição social diferido.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2022 o passivo circulante era de R\$739.917 mil, em comparação com R\$488.162 mil em 31 de dezembro de 2021. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 25% em 31 de dezembro de 2022 e 17% em 31 de dezembro de 2021.

O aumento de R\$251.755 mil, ou 52%, ocorreu principalmente pelo aumento nas rubricas de empréstimos, financiamentos e debentures e em tributos a recolher.

Passivo não circulante

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo não circulante era de R\$1.083.838 mil, em comparação com R\$1.336.350 mil em 31 de dezembro de 2021. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 37% em 31 de dezembro de 2022 e de 45% em 31 de dezembro de 2021.

A diminuição de R\$252.512 mil ou 19%, deve-se principalmente pela redução dos empréstimos, financiamentos e debentures.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido era de R\$1.130.789 mil, em comparação com R\$1.126.686 mil em 31 de dezembro de 2021. Tal redução de R\$4.103 mil ou 1%, corresponde a variação na rubrica de outros resultados abrangentes e compensação do prejuízo acumulado com o lucro do exercício de 2022.

Informações selecionadas das demonstrações dos fluxos de caixa

(em milhares de reais)	Exercício social encerrado em	
	2022	2021
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	(73.039)	125.300
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de investimento	66.055	(192.598)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais de financiamentos	(159.606)	(32.728)

Atividades operacionais

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais totalizou R\$73.039 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado aos 125.300 gerado pelas atividades operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando uma variação de R\$198.339 mil, justificado principalmente pelo ganho na venda de operação descontinuada, líquida de impostos.

Atividades de investimentos

O caixa líquido gerado nas atividades de investimento totalizou R\$66.055 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado aos (R\$192.598 mil) aplicados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$249.054 mil, devido principal ao desinvestimento ocorrido com a venda da IMC Panamá.

Atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou (R\$159.606 mil) no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a (R\$32.728 mil) aplicados gerados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$126.878 mil, justificado principalmente pela amortização dos empréstimos.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 - Resultados operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As vendas totais do sistema, que consideram o faturamento das lojas próprias e das lojas franqueadas, no quarto trimestre de 2022, apresentaram crescimento de 3,5% em relação ao mesmo período de 2021, totalizando R\$ 791,2 milhões no trimestre. A receita líquida consolidada da companhia no quarto trimestre de 2022 foi de R\$ 564,3 milhões, crescimento de 3,6% em comparação mesmo período em 2021 e de R\$ 2,4 bilhões no ano com crescimento de 26,9%. O resultado foi impulsionado pela recuperação em todos os segmentos no Brasil e pela consistente evolução nas operações internacionais. No Brasil, a receita líquida no trimestre foi de R\$ 370,3 milhões, crescimento de 10,8% em relação ao quarto trimestre de 2021, e R\$ 1,4 bilhão no ano com crescimento de 35,5%, com destaque para a operação de KFC e Pizza Hut que apresentaram juntos um crescimento de 61,3% no ano. As vendas no conceito de mesmas lojas (SSS) no Brasil cresceram 6,6%, não apenas pela gestão de preços do período, mas também refletindo a melhora no fluxo e aumento nos tíquetes dos clientes em praticamente todas as marcas da companhia. Nos EUA a receita líquida foi de R\$ 160,7 milhões, crescimento de 3,4% em relação ao mesmo período em 2021, e R\$ 793,1 milhões no ano com crescimento de 17,2%. Em moeda local, o crescimento da receita dos EUA foi de 9,7% no trimestre e 22,0% no ano. As vendas mesmas lojas (SSS) em moeda constante apresentaram crescimento de 1,3% quando comparado ao mesmo período em 2021 e 12,1% no ano. Esse resultado foi impulsionado pelo acréscimo de vendas das novas unidades, esforços na gestão de receitas, além da localização estratégica das operações. A região do Caribe apresentou queda de 39,4% em relação ao mesmo período de 2021 impactado pelo desinvestimento da operação do Panamá no decorrer do trimestre. No ano o crescimento foi de 13,2%, impulsionada pela retomada no fluxo dos aeroportos e menor restrição para viagens. As vendas mesmas lojas (SSS) em moeda constante cresceram 14,0% em relação ao mesmo período de 2021 e 47,8% no ano.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O EBITDA Ajustado foi de R\$ 114,1 milhões, aumento de 274,3% em relação ao mesmo período em 2021, e R\$ 335,6 milhões no ano, impulsionado pelo crescimento da receita e eficiência no controle de custos e despesas em todas as operações, além do benefício do ressarcimento de verbas previdenciárias pagas ao governo americano durante o período da pandemia (ERTC – Employee Retention Tax Credit). A margem EBITDA Ajustada consolidada ficou em 20,2% no quarto trimestre de 2022, crescimento de 1463bps e 14,3% no ano com crescimento de 373bps. O EBITDA Ajustado no Brasil cresceu 251,1% em relação ao mesmo período de 2021 e atingiu R\$ 24,8 milhões, expandindo a margem em 458bps para 6,7%. Este resultado foi impulsionado pela evolução da receita em todos os segmentos, eficiência na gestão de custos e alavancagem operacional nas operações da companhia. O EBITDA Ajustado nos EUA e Caribe foi de R\$ 77,7 milhões e R\$ 11,7 milhões, respectivamente, representando um incremento de R\$ 89,4 milhões em relação ao mesmo período em 2021. A companhia apresentou lucro de R\$122,6 milhões, majoritariamente em função do ganho de capital auferido na venda de ativos, revertendo o prejuízo apresentado no quarto trimestre de 2021 e R\$72,7 milhões no ano igualmente revertendo o prejuízo no ano anterior. Esse resultado só corrobora com todas as entregas feitas ao longo do ano.

A descrição a seguir apresenta os principais componentes e direcionadores de nossos resultados operacionais.

Receita Líquida

2.2 Resultados operacional e financeiro

Nossa receita líquida é calculada pela soma das vendas líquidas de alimentos, produtos e serviços nos aeroportos, shopping centers, rodovias e outros e prestação de serviços a franqueados (royalties pela exploração das marcas Pizza Hut e KFC).

As vendas líquidas são as vendas brutas deduzidas dos impostos aplicáveis a nossos negócios de acordo com o local onde as receitas são geradas e os produtos e serviços são vendidos, devoluções, descontos e outras provisões similares estimadas.

- *Fluxos de pessoas:* A quantidade de consumidores nos shopping centers, passageiros transitando pelos aeroportos, bem como o número de voos nos aeroportos, e os motoristas que circulam nas rodovias onde temos praças de serviços são os principais fatores que afetam nossas receitas líquidas.
- *Preço de nossos produtos:* Geralmente determinamos os preços de nossos produtos duas vezes por ano. Ao determinar os preços de nossos produtos, consideramos a inflação, quaisquer alterações em nossos custos e a precificação adotada por nossos concorrentes. Também oferecemos descontos promocionais em determinados dias e durante determinadas horas do dia para aumentar a circulação de pessoas em nossos restaurantes, assim como consideramos as combinações de produtos que nos fornecem margens maiores para decidirmos sobre as promoções a serem oferecidas a nossos clientes.
- *Produtividade das receitas líquidas:* Em relação aos nossos quatro segmentos de negócios operacionais, geralmente, procuramos aumentar nossa receita líquida por meio da nossa penetração entre os consumidores, do aumento do percentual de pessoas que comprem nossos produtos durante as viagens, bem como o aumento do gasto médio por cliente. A nossa penetração e o gasto médio por cliente podem aumentar por meio de restaurantes mais atrativos. Obtemos isso reformando os restaurantes existentes, melhorando continuamente os serviços prestados aos nossos clientes, introduzindo novos layouts, mudando os cardápios e apresentando novos conceitos em termos de alimentação. Adicionalmente, constantemente buscamos pela introdução de produtos ou mix de produtos que atraiam demanda e aumentem a lucratividade.
- *Oscilações de preço de combustível:* Uma parte de nossa receita líquida é derivada da venda de combustível vendido em postos de gasolina localizados em nossos centros de serviços de rodovias. Nossa receita está sujeita a oscilações baseada no preço do combustível, que historicamente, tem sido volátil. Além disso, o preço do combustível está ligado ao mercado internacional de petróleo, que é estabelecido em dólares.

Os resultados da Companhia também são altamente influenciados por fatores que afetam o setor de viagens nos países em que operamos.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, 29% de nossa receita líquida derivou do segmento de rodovias, 6% do segmento de aeroportos, e 26% de PH, KFC e Outros (shopping centers), 3% do segmento no Caribe e 35% nos Estados Unidos.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, 31% de nossa receita líquida derivou do segmento de rodovias, 5% do segmento de aeroportos, e 21% de PH, KFC e Outros (shopping centers), 3% do segmento no Caribe e 39% nos Estados Unidos.

Sazonalidade

2.2 Resultados operacional e financeiro

Nossos resultados operacionais estão sujeitos a variações sazonais. Feriados, férias escolares e condições climáticas adversas, bem como acidentes nos aeroportos e rodovias onde operamos podem afetar o volume de nossas vendas de forma sazonal. Nosso portfólio diversificado de segmentos de atuação, no entanto, protege nossas atividades contra certos efeitos climáticos: dias chuvosos favorecem nossos negócios de shopping center em relação ao nosso segmento de rodovias, enquanto dias ensolarados têm efeito contrário. Nossas vendas são normalmente maiores em dezembro e janeiro (por causa das férias) e começam a declinar em fevereiro. Voltamos a registrar aumento nas vendas em julho (também por causa das férias), permanecendo estáveis até setembro. As vendas tipicamente aumentam mais de outubro a dezembro, principalmente devido aos feriados. Dessa forma, os meses de pico de vendas são janeiro, julho, outubro, novembro e dezembro.

Nos EUA a sazonalidade é invertida em relação ao Brasil, tendo em vista que os meses de verão são junho, julho e agosto, período no qual se concentra o faturamento da Companhia.

Lucro Bruto e Custo de Vendas e Serviços

Nosso lucro bruto é calculado subtraindo os custos de vendas e serviços do total da receita líquida. O custo das vendas e serviços é reconhecido quando vendemos um produto; e compreende o preço de compra e o custo incorrido pelos produtos a serem oferecidos nos restaurantes, incluindo custos com alimentos, bebidas, transporte e manuseio, bem como a mão-de-obra operacional direta. Adicionalmente, custos de vendas e serviços também compreendem custos operacionais diretamente relacionados às atividades de cada restaurante, inclusive equipamentos, materiais e despesas de manutenção. Incluímos, ainda, a depreciação dos ativos operacionais (como, por exemplo, móveis de cozinha) no nosso custo de vendas e serviços.

Nossa política de precificação e o mix de produtos também afetam nosso lucro bruto e geralmente direcionamos nossas ofertas de alimentos e bebidas de forma a reforçar nossas categorias de produtos de margens mais altas.

Consideramos o nosso custo de vendas e serviços e o lucro bruto resultante como medidas importantes de nosso desempenho operacional. Buscamos reduzir nosso custo de vendas e serviços por meio de negociações com fornecedores realizadas de forma centralizada e pela ativa administração de nosso relacionamento com fornecedores. Em decorrência do nosso contínuo crescimento orgânico, nos beneficiamos de um maior poder de compra na negociação destes contratos que possuem descontos relacionados aos volumes adquiridos. Também nos beneficiamos de redução de custos decorrente de economias de escala em nossos processos industriais, especialmente em nossas cozinhas centralizadas. Investimentos em equipamentos industriais nos permitem capturar sinergias com ganho de eficiência.

Adicionalmente, acreditamos que nossos sistemas de tecnologia da informação, incluindo o controle SAP (administração da cadeia de fornecimento e estoques) contribuem para o aumento de nossas margens através do nível de informações disponíveis para auxiliar nossas negociações com os fornecedores. Nossos sistemas de tecnologia de informação nos permitem calcular custos hipotéticos para cada mix de produtos, de modo que possamos visualizar os desvios entre os custos hipotéticos e os efetivos dos alimentos. O controle destes desvios permite uma sensível redução nos desperdícios e nos permite visualizar melhor as margens dos nossos produtos. Compreendendo melhor nossas margens por produtos, podemos obter melhores margens por mix de produtos, protegendo e incrementando nosso lucro bruto.

Despesas com Vendas e Operacionais

2.2 Resultados operacional e financeiro

Despesas com Vendas e Operacionais compreendem despesas com publicidade e marketing, royalties, despesas com aluguel, despesa com serviço de terceiros, comissões de cartão de crédito, despesa com infraestrutura e comunicação, logística, dentre outras.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas compreendem despesas com folha de pagamento, aluguel de escritório, despesa com serviços de terceiros, dentre outras.

Nós negociamos com vendedores e prestadores de serviço não apenas quanto ao preço e condições de pagamento da matéria-prima, mas também quanto às despesas operacionais, seguros, tecnologia de informação, comunicação, dentre outras.

Custos e Despesas Variáveis e Fixos

Determinados custos de vendas, despesas operacionais e despesas comerciais (como royalties, comissões de cartão de crédito e serviços profissionais), variam de acordo com sua natureza e geralmente oscilam (para mais ou para menos) de acordo com as variações no nosso volume de vendas. Por outro lado, outras despesas operacionais e administrativas, como reparos e manutenção, locações a taxas fixas para nossos restaurantes e escritórios administrativos, administração e marketing geral não possuem relação com o volume de vendas e são administradas no curto prazo.

Adicionalmente, as despesas com pessoal compreendem componentes fixos e variáveis, uma vez que a mão-de-obra é administrada no médio prazo com o objetivo de manter os níveis de produtividade, bem como devido ao fato de que o bônus e as comissões são baseados no desempenho operacional de nossos negócios. Outras despesas e receitas operacionais refletem ganhos ou perdas sobre a venda do imobilizado ou dos ativos intangíveis, bem como alterações nas provisões.

Depreciação e Amortização

Nosso imobilizado é depreciado de forma linear dependendo da vida útil estimada do ativo (por exemplo, as benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo prazo do contrato) ou do prazo estimado da concessão à qual os ativos estejam relacionados, se inferior. Os ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados durante suas vidas econômicas úteis, as quais são revisadas anualmente de forma a determinar se a avaliação de vida útil será mantida. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida, incluindo *ágio*, são testados anualmente de forma individual ou no nível da unidade geradora de caixa para determinar se há redução ao valor recuperável (*impairment*).

O ativo do direito de uso é depreciado pelo método linear desde a data de início do contrato até o final do prazo de vida útil do ativo do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro, líquido inclui as despesas de juros sobre os empréstimos de terceiros, variações cambiais e demais tarifas bancárias. As receitas financeiras resultam do adicional de caixa alocado às aplicações financeiras.

Imposto de Renda

As despesas com imposto de renda dependem da tributação do lucro de nossas controladas. Beneficiamo-nos de créditos fiscais significativos como resultado do *ágio* registrado em nosso balanço patrimonial geralmente amortizável para fins de imposto de renda. Dessa forma, existem diferenças positivas significativas entre nossas alíquotas locais de

2.2 Resultados operacional e financeiro

imposto de renda e as alíquotas fiscais efetivas aplicáveis a nossas controladas. As alíquotas fiscais obrigatórias aplicáveis em cada país que atuamos são: 34% no Brasil, 27% nos Estados Unidos e 34% na Colômbia.

Vendas em Mesmas Lojas

A variação das vendas em mesmas lojas é uma medição utilizada no mercado varejista como indicação do desempenho de estratégias e iniciativas comerciais implementadas, e representam as tendências da economia local e dos consumidores. Vendas em mesmas lojas não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) ou Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e não deve ser considerada como alternativa ao lucro líquido, como indicador de desempenho operacional, como alternativa ao fluxo de caixa operacional, ou como indicador de liquidez.

Vendas em mesmas lojas não tem significado padronizado no mercado, e nossa definição pode não ser a mesma definição de vendas em mesmas lojas utilizada por outras companhias.

Os aumentos ou as reduções nas vendas das mesmas lojas representam a variação percentual nas vendas em relação ao mesmo período no ano anterior para todas as lojas que mantiveram operações em períodos comparáveis, incluindo as lojas que estão ou estiveram temporariamente fechadas.

Alguns dos motivos do fechamento temporário de nossas lojas incluem reforma ou remodelagem, reconstrução, construção de rodovias e desastres naturais.

Preparamos relatórios anuais e, posteriormente, providenciamos comparações do mesmo mês, trimestre e ano com o período correspondente do ano anterior para avaliarmos o impacto de acordo com o mix dos dias. A quantidade de dias da semana, dias de fim de semana e feriados em um dado período pode representar um impacto positivo ou negativo nas vendas. Referimo-nos a esses impactos como ajustes de turno/dia de comércio. Esses impactos variam geograficamente devido aos padrões do consumidor e representam os efeitos mais significativos nas vendas, enquanto os impactos anuais são tipicamente mínimos.

Ciclo de Amadurecimento- Novas Lojas

Para abertura de cada uma de nossas lojas estimamos um ciclo de amadurecimento, que leva em consideração o tipo e a marca de loja, o local e fluxo de clientes. O ciclo de amadurecimento consiste no período estimado para que determinada loja atinja a receita projetada. Ressaltamos que tais ciclos foram estimados com base em aberturas de lojas anteriores, e, portanto, não podemos assegurar os prazos de nossas aberturas futuras.

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Parte de nossa receita líquida é proveniente da Colômbia e nos Estados Unidos. No exercício social encerrado 31 de dezembro de 2022 essa receita no exterior correspondeu a 39%, frente a 42% no mesmo período de 2021. Consequentemente, nossas vendas foram impactadas pela variação das taxas de câmbio desses países, quando analisadas na moeda de apresentação, que é o real brasileiro.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 nossa receita líquida foi de R\$2.240.696 milhões, frente a R\$1.743.471 milhões no mesmo período de 2021 e R\$ 1.153.537 milhões, sendo que R\$869.757 milhões em 31 de dezembro de 2022 frente a R\$731.863 milhões no mesmo período de 2021 foram realizadas por nossas controladas fora do Brasil, nos países citados acima.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Observamos que a diminuição da taxa média do dólar, principal moeda referencial para nossos mercados no exterior, foi de -8,36% exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, superior a queda de -6,88% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Nossas vendas também foram impactadas pela inflação, principalmente no mercado brasileiro. Por isso, geralmente revisamos os preços de nossos produtos duas vezes por ano. Ao determinar o preço de nossos produtos, além da inflação, consideramos também as alterações em nossos custos e a precificação adotada por nossos concorrentes.

Adicionalmente, uma parte de nossa receita é derivada da venda de combustível vendido em nossos postos de gasolina. Como consequência, nossa receita está sujeita a oscilações baseada no preço do combustível, que historicamente, tem sido volátil.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Nossos resultados são diretamente impactados pela inflação. Compramos nossas principais matérias-primas e itens para revenda, incluindo carne, frango, produtos agrícolas, queijo, produtos líquidos e laticínios, com nossos fornecedores que definem os respectivos preços de compra.

Esses preços têm influência significativa dos mercados internacionais, por se tratar em grande parte, de commodities agrícolas e pecuários. Portanto, estamos expostos a variações nos preços dessas commodities. Não contratamos nenhum tipo de termo futuro ou opções como forma de hedge dessas variações nos preços de commodities. Buscamos reduzir nosso risco por meio de acordos de preço anuais e semestrais com nossos principais fornecedores. Isso permite nos beneficiar dos custos incorridos enquanto evitamos os custos relacionados à utilização de instrumentos derivativos.

Quanto aos impactos de câmbio, conforme citado no item acima, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, 39% (45% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021) de nossas receitas líquidas são provenientes da Colômbia e dos Estados Unidos. Todos os gastos nesses países são na mesma moeda de nossas vendas.

Também estamos expostos ao risco de taxas de juros nos empréstimos contratados no Brasil devido à variação da taxa CDI (taxa de depósito interbancário) e aos valores de caixa e equivalentes de caixa aplicados no Brasil.

Para efetuar a análise de sensibilidade da taxa de juros incidente sobre os ativos e passivos expostos, projetou-se o aumento das taxas para as aplicações financeiras e os empréstimos que podem gerar prejuízos materiais à Companhia e suas controladas aumentando ou reduzindo o resultado cuja sensibilidade com base em 31 de dezembro de 2022 é apresentada através dos cenários I e II que foram estimados com um aumento das taxas em 25% e 50% respectivamente, e os cenários III e IV estimam uma diminuição das taxas em 25% e 50%, respectivamente, das taxas de juros na data do fechamento de acordo com os montantes demonstrados abaixo.

Consolidado						
Operações	Valor contábil	Taxa	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Caixa e equivalentes de caixa	262.943	13,65 %	17,06%	20,48%	10,24%	6,83%
Impacto referente ao aumento do CDI			8.973	17.946	(8.973)	(17.946)
Debentures (CDI + juros de 4,85% a 5,30% a.a.)	(420.776)	13,65 %	17,06%	20,48%	10,24%	6,83%

2.2 Resultados operacional e financeiro

			(14.359)	(28.718)	14.359	28.718
Impacto referente ao aumento do CDI						
Notas Comerciais - CDI + juros de	(76.403)	13,65 %	17,06%	20,48%	10,24%	6,83%
2,30% ao ano						
Impacto referente ao aumento do CDI			(2.607)	(5.215)	2.607	5.215
Notas Comerciais - CDI + juros de	(50.186)	13,65 %	17,06%	20,48%	10,24%	6,83%
2,72% ao ano						
Impacto referente ao aumento do CDI			(1.713)	(3.425)	1.713	3.425
4131- CDI mais juros de 3,35% ao ano	(53.729)	13,65 %	17,06%	20,48%	10,24%	6,83%
Impacto referente ao aumento do CDI			(1.834)	(3.667)	1.834	3.667
			(11.539)	(23.079)	11.539	23.079
Efeito líquido no resultado						
			(7.616)	(15.232)	7.616	15.232
Efeito líquido de impostos no PL						

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 - Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Elaboramos as nossas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - “IFRS”) emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board* - “IASB”), e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis- CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários- CVM.

As práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais contemplam os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estão substancialmente convergidas ao IFRS, uma vez que estes pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com as IFRS.

Como decidimos por adotar o IFRS desde o início de nossas operações em 2007 e pelo fato de as práticas contábeis adotadas no Brasil estarem substancialmente convergidas ao IFRS, nosso patrimônio líquido constante nas demonstrações financeiras individuais reflete o mesmo saldo do patrimônio líquido consolidado preparado conforme as IFRS.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas o Grupo, considerou, quando aplicável, novas revisões, alterações e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 não houve alteração de prática contábil que afetou as demonstrações financeiras da Companhia.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi emitido sem opiniões modificadas e/ou ênfases.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 - Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 a Companhia efetuou a cisão parcial da NIAD Restaurantes Ltda. (“NIAD”) e encerrou todas as operações de suas subsidiárias integrais no Panamá.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Cisão parcial da NIAD Restaurantes Ltda.

A Administração da NIAD concluiu ser de interesse das sócias que as atividades relacionadas aos restaurantes da bandeira Batata Inglesa Ltda. (“Batata Inglesa”) fossem transferidas mediante cisão parcial de seu patrimônio com incorporação pela Batata Inglesa (constituída em 18/03/2022), de modo que a mesma, através de ações administrativas, possibilitasse a geração de recursos, em sociedade especializada constituída para esse fim. Portanto, em 31 de maio de 2022 foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido contábil da NIAD com a incorporação da parcela cindida pela Batata Inglesa.

O capital social da NIAD, no total de R\$ 81.521.949,00 (oitenta e um milhões e quinhentos e vinte e um mil e novecentos e quarenta e nove reais), foi dividido em duas partes: (i) no valor de R\$ 10,00 (dez reais) que integrou a parcela do patrimônio líquido cindido, sendo subsequentemente essa parcela incorporada pela Batata Inglesa e reduzida do capital social da NIAD; e (ii) a parcela remanescente, no valor de R\$ 81.521.939,00 (oitenta e um milhões e quinhentos e vinte e um mil e novecentos e trinta e nove reais) mantida como capital social da NIAD, sendo distribuído da seguinte maneira entre as sócias:

Sócia	Quotas	% Capital	Valor (R\$)
IMC	52.776.903,53	64,74%	52.776.903,53
Pimenta Verde	28.745.035,47	35,26%	28.745.035,47
Total	81.521.939,00	100%	81.521.939,00

Diante dos atos societários mencionados acima, o capital social da Batata Inglesa na data de sua constituição era de R\$5 mil (cinco mil reais). Com a cisão foi adicionado R\$10,00 (dez reais) referente a parcela cindida, conforme emissão de laudo elaborado por especialistas externos contratados pela administração. Após a cisão, em 01 de junho de 2022, o capital social da Batata Inglesa passou a ser de R\$ 6.891 por aumento de capital em razão de perdão de dívida no total de R\$6.886.

Dessa forma o capital social passou a ser de R\$6.891, composto por 6.891 (seis mil oitocentos e noventa e um) quotas, todas no valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real):

Sócia	Quotas	% Capital	Valor (R\$)
IMC	6.891	100%	6.891
Total	6.891	100%	6.891

O balanço da NIAD antes da cisão, os valores cindidos e o balanço após a cisão estão apresentados abaixo (valores expressos em Reais):

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

<u>ATIVO</u>	NIAD valores em 31/05/2022	Valores cindidos	NIAD após cisão
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	301	-	301
Contas a receber	1.141	-	1.141
Estoques	327	327	-
Impostos a recuperar	2.469	-	2.469
Despesas antecipadas	46	-	46
Outros ativos circulantes	45	45	-
Total do ativo circulante	4.329	372	3.957
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais	84	-	84
Contas a receber de partes relacionadas	240	-	240
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.001	-	2.001
Imobilizado	822	822	-
Intangível	6.884	6.884	-
Ativo de direito de uso	5.953	5.953	-
Total do ativo não circulante	15.984	13.659	2.325
TOTAL DO ATIVO	20.313	14.031	6.282
<u>PASSIVO</u>	NIAD em 31/05/2022	Valores cindidos	NIAD após Cisão
CIRCULANTE			
Fornecedores	1.991	-	1.991
Salários e encargos sociais	961	787	175
Impostos a recolher	82	-	82
Contas a pagar de partes relacionadas	6.895	6.885	9
Passivo de arrendamento	4.545	4.545	-
Total do passivo circulante	14.474	12.217	2.257
NÃO CIRCULANTE			
Acordos e parcelamentos trabalhistas	806	-	806
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.336	-	2.336

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Passivo de arrendamento	1.814	1.814	-
Outros passivos não circulantes	873	-	873
Total do passivo não circulante	5.829	1.814	4.015
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	81.522	-	81.522
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.000	-	1.000
Prejuízos acumulados	(82.512)	-	(82.512)
Total do patrimônio líquido	10	-	10
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20.313	14.031	6.282

Alienação das subsidiárias integrais no Panamá

Conforme divulgado ao mercado em 25 de agosto de 2022, o Conselho de Administração, em reunião realizada em 24 de agosto de 2022, deliberou e aprovou a venda integral de sua participação societária na subsidiária indireta International Meal Company F&B Panamá, S.A., localizada na República Federativa do Panamá, para a Excelencia y Superación, S.A. Esta venda de participação societária contempla as nove lojas e o direito de licenciamento da marca Carl's Jr. no Panamá, e concretiza mais um passo importante na agenda de transformação e simplificação dos negócios da Companhia, que visa extrair maiores sinergias entre as operações existentes e reduzir as complexidades de gestão. A venda foi concluída no dia 04 de outubro de 2022 pelo valor total de US\$ 1.747.739 (um milhão e setecentos e quarenta e sete mil e setecentos e trinta e nove reais mil dólares) com o recebimento de 50% do valor (US\$873.000 oitocentos e setenta e três mil dólares) em 4 de outubro de 2022. O restante será pago após a finalização de todos os trâmites legais do processo.

Em 16 de setembro de 2022, após o encerramento dos negócios no mercado acionário, a Companhia firmou um Acordo Vinculante com a sociedade Inflight Holdings Cayman Ltd para a venda integral de sua participação acionária na sua subsidiária indireta IMC Caribbean Holding Corp. que, por sua vez é a única acionista da International Meal Company Panama, S.A, a qual opera as concessões de alimentos e bebidas localizadas nos Terminais 1 e 2 do Aeroporto Internacional de Tocumen, Cidade do Panamá, República do Panamá. A conclusão da venda ocorreu em 30 de novembro de 2022 com o recebimento do valor líquido de U\$ 31.861.548,53 (trinta e um milhões e oitocentos e sessenta e um e quinhentos e quarenta e oito mil dólares e cinquenta e três centavos) pela controladora IMC Caribbean Holding Corp., restando um saldo a receber de U\$ 2.000.000 (dois milhões de dólares) que serão recebidos em 2023.

(c) eventos ou operações não usuais

Exceto pelos eventos societários descritos acima, não houve eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

2.5 - Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

EBITDA e EBITDA Ajustado

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM 156, de 23 de junho de 2022 ([“Resolução CVM 156”](#)) e consiste no lucro (prejuízo) líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e pelas despesas e custos com depreciação e amortização.

O EBITDA Ajustado é calculado por meio do EBITDA, acrescido ou reduzido por itens que entendemos como não sendo parte do resultado de nossa atividade, como provisões para fechamento de lojas, despesas com reestruturações corporativa e administrativa, despesas com serviços de consultoria relativas à implementação de projetos, despesas com pagamento baseado em ações ([“Stock Option”](#)), redução do valor recuperado de ativos ([“impairment”](#)), despesas com fusões e aquisições e despesas com a abertura de novas lojas.

O EBITDA e o EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ([“IFRS”](#)), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ([“IASB”](#)), e não devem ser considerados como alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, como indicadores de desempenho operacional, como alternativas ao fluxo de caixa operacional, como indicadores de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. O EBITDA e o EBITDA Ajustado não possuem significado padrão e a nossa definição de EBITDA e EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquelas utilizadas por outras companhias.

Seguem abaixo os valores do EBITDA, do EBITDA Ajustado e da Margem EBITDA Ajustada da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

(Em milhares de reais – R\$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022						
	Frango Assado	Aeroportos	PH, KFC & Outros	Caribe	Estados Unidos	Outros ⁽¹⁾	Consolidado
EBITDA	72.381	32.905	74.216	199.379	184.519	(74.398)	489.002
EBITDA Ajustado	72.481	32.905	78.116	31.977	184.519	(63.898)	336.100

⁽¹⁾ Correspondem aos gastos corporativos não alocáveis diretamente a cada um dos segmentos de negócios apresentados.

(Em milhares de reais – R\$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021						
	Frango Assado	Aeroportos	PH, KFC & Outros	Caribe	Estados Unidos	Outros ⁽¹⁾	Consolidado
EBITDA	44.679	21.156	27.749	8.909	127.811	(97.086)	132.472
EBITDA Ajustado	45.161	21.182	34.745	8.904	134.580	(95.758)	148.814

⁽¹⁾ Correspondem aos gastos corporativos não alocáveis diretamente a cada um dos segmentos de negócios apresentados.

2.5 Medições não contábeis

Dívida Líquida

A Dívida Líquida corresponde a soma do total de empréstimos, financiamentos e debêntures, parcelamento de aquisições de empresas e de passivos de arrendamento (direito de uso), líquido dos instrumentos financeiros derivativos e subtraídos do caixa e equivalentes de caixa.

A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelo BR GAAP ou IFRS. Outras companhias podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente da Companhia, motivo pelo qual tal medida pode não ser comparável com o cálculo de Dívida Líquida realizado por outras companhias.

Seguem abaixo os valores da Dívida Líquida em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Em 31 de dezembro de	
(em milhares de reais – R\$)	2022	2021
Dívida Líquida	902.282	897.467

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA e EBITDA Ajustado

	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022						
	Frango Assado	Aeroportos	PH, KFC & Outros	Caribe	Estados Unidos	Outros(1)	Consolidado
Lucro (prejuízo) líquido	29.026	(111.853)	(2.746)	193.139	31.138	(74.395)	64.666
Lucro (prejuízo) líquido (operações descontinuadas)	-	-	-	8.003	-	-	8.003
(+) Resultado financeiro, líquido	(11.287)	(87.692)	(13.126)	490	(20.137)	-	(131.753)
(+) Imposto de renda e contribuição social	(3.424)	(20.382)	(14.165)	(464)	(28.805)	-	(67.240)
(+) Depreciação e amortização	(28.644)	(36.322)	(49.671)	(6.266)	(104.439)	-	(225.343)
EBITDA	72.381	32.905	74.216	199.379	184.519	(74.398)	489.002

	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2021						
	Frango Assado	Aeroportos	PH, KFC & Outros	Caribe	Estados Unidos	Outros(1)	Consolidado
Lucro (prejuízo) líquido	2.413	(53.571)	(10.321)	(1.428)	51.126	(97.086)	(108.867)
Lucro (prejuízo) líquido (operações descontinuadas)	-	-	-	28.418	-	-	28.418
(+) Resultado financeiro, líquido	(12.775)	(38.802)	(5.216)	(878)	(20.364)	-	(78.035)
(+) Imposto de renda e contribuição social	(2.717)	1.845	(4.359)	(2.436)	3.810	-	(3.857)
(+) Depreciação e amortização	(26.774)	(37.773)	(27.749)	(7.023)	(60.131)	-	(159.450)

2.5 Medições não contábeis

EBITDA	44.679	21.159	27.003	8.909	127.811	(97.086)	132.475
(+) Pré-abertura de lojas	482	23	7.742	(5)	6.769	-	15.011
(+) Despesas com itens especiais	-	-	-	-	-	1.328	1.328
EBITDA Ajustado	45.161	21.182	34.745	8.904	134.580	(95.758)	148.814

Dívida Líquida

Seguem abaixo os valores da Dívida Líquida em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

(em milhares de reais – R\$)	Em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Circulante		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	264.471	86.810
Parcelamento de aquisições de empresas	-	2.538
Passivo de arrendamento (“direito de uso”)	97.844	87.984
Instrumentos financeiros derivativos	-	-

Não circulante		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	399.681	649.338
Parcelamento de aquisições de empresas	6.090	6.194
Passivo de arrendamento (“direito de uso”)	508.035	525.883
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(373.839)	(461.280)
Dívida Líquida⁽¹⁾	902.282	897.467

2.5 Medições não contábeis

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Acreditamos que o EBITDA e o EBITDA Ajustado são mais apropriados para a correta compreensão da nossa condição financeira e do resultado de nossas operações porque funciona como uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos ainda que o EBITDA e o EBITDA Ajustado permitem um melhor entendimento não apenas do nosso desempenho financeiro, mas também da nossa capacidade de pagamento dos juros e principal da nossa dívida, bem como mensurar nossa capacidade de alavancagem em novas dívidas e equalizar nossa estrutura de capital.

Uma vez que o EBITDA e o EBITDA Ajustado, no entanto, apresentam limitações que prejudicam a sua utilização, em razão de não considerarem certos custos intrínsecos aos nossos negócios, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os nossos resultados, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, dispêndios de capital e despesas consideradas por nossa Administração como não caixa e/ou que possuem impacto pontual em nosso resultado.

Acreditamos que a Dívida Líquida é mais apropriada para a correta compreensão do grau de endividamento em relação à posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia porque funciona como uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, a nossa alavancagem financeira, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Ao incluir na métrica, além de empréstimos, financiamentos e debêntures, o parcelamento de aquisições de empresas e o passivo de arrendamento (“direito de uso”), tem-se uma melhor visibilidade sobre os principais compromissos financeiros da Companhia.

Uma vez que a Dívida Líquida não considera todas as obrigações e direitos da Companhia que, por sua vez, poderiam afetar significativamente nossa situação patrimonial, tais como contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores, a Dívida Líquida apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador de nossa liquidez.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 - Eventos subsequentes às demonstrações financeiras

Captação de recursos

Conforme comunicado ao mercado em reunião do conselho de administração realizada em 13 de fevereiro de 2023, foi aprovada por unanimidade a captação de R\$ 42.400 mil (quarenta e dois milhões e quatrocentos mil reais) junto ao banco Santander S.A. na modalidade 4131, em reais, pelo prazo de 12 meses.

Oferta pública de debêntures da 3ª emissão

Conforme comunicado ao mercado no dia 15 de março de 2023 foi concluída a 3ª emissão de debêntures. No âmbito da emissão e da oferta, serão emitidas 200.000 (duzentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias real e fidejussória adicionais, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo o montante total de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) na sua data de emissão, as quais contarão com juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada da taxa DI, acrescida de sobretaxa (*spread*) de 3,60% ao ano, e terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos, vencendo-se, portanto, em 15 de março de 2028. As parcelas e juros serão pagos semestralmente, sendo que há carência da amortização do principal nos 3 primeiros anos.

A garantia é de 20% dos recebíveis que passam pela conta do Banco do Brasil acrescido dos avais das operações da Pimenta Verde Alimentos e do Centro de Serviços Frango Assado Norte, com *covenants* de 3,0x a alavancagem.

Essa operação tem por objetivo o refinanciamento das dívidas da Companhia, alongando prazo com um custo mais competitivo que o atual. Por fim, a Companhia reforça seu compromisso com o mercado de foco na disciplina financeira, um dos pilares da estratégia corporativa.

Liquidação antecipada das debêntures primeira série (MEAL11) e série única (MEAL12)

Conforme comunicado ao mercado a companhia realizará dia 30 de março de 2023, de forma antecipada, o resgate das debentures MEAL11 e MEAL12. A multa contratual pelo resgate antecipado é de 1,5% ao ano *pro rata*, totalizando o valor de R\$ 219 milhões de reais.

2.7 Destinação de resultados

2.7 - Destinação de resultados

	2022
a. regras sobre retenção de lucros	<p>De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral da Companhia poderá, por proposta dos órgãos da Administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.</p> <p>Adicionalmente, qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta de orçamento de capital previamente aprovado pelo Conselho de Administração. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos aos acionistas.</p> <p>Por fim, o estatuto social da Companhia estabelece ainda a possibilidade de que uma parcela do lucro líquido do exercício, por proposta dos órgãos da administração, seja destinada à constituição de Reserva de Expansão.</p>
a.i. valores das retenções de lucros	Não aplicável, tendo em vista que o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$72.668.729,32, foi integralmente absorvido pela conta de prejuízos acumulados.
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não aplicável, tendo em vista que o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$72.668.729,32, foi integralmente absorvido pela conta de prejuízos acumulados.
b. regras sobre distribuição de dividendos	<p>Nossos acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido anual, diminuído ou acrescido (i) da importância destinada à constituição da reserva legal; e (ii) da importância destinada à formação da reserva para contingências e reversão da mesma reserva formada em exercícios sociais anteriores. O cálculo do lucro líquido e das alocações para reservas, bem como dos valores disponíveis para distribuição, são efetuados com base nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Adicionalmente, conforme o estatuto social, o Conselho de Administração está autorizado a declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais.</p> <p>O Conselho de Administração poderá, ainda, determinar o levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.</p>
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Anualmente, os acionistas da Companhia terão direito de receber o dividendo mínimo obrigatório. Adicionalmente, o Conselho de Administração está autorizado a declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais. O Conselho de Administração poderá, ainda, determinar o levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	A Lei das Sociedades por Ações permite que suspendamos a distribuição do dividendo mínimo obrigatório caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com a nossa condição financeira. O Conselho Fiscal, se estiver em funcionamento, deve emitir seu

2.7 Destinação de resultados

	2022
	<p>parecer sobre a recomendação do Conselho de Administração. Ademais, o Conselho de Administração deverá apresentar à CVM justificativa para a suspensão da distribuição dos dividendos, dentro de cinco dias da realização da Assembleia Geral. Os lucros não distribuídos, em razão da suspensão na forma acima mencionada, serão destinados a uma reserva especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos, a título de dividendos, tão logo a condição financeira da Companhia o permita. Nosso Estatuto Social não estabelece que o valor do pagamento dos dividendos seja corrigido por conta da inflação.</p>
e. política de destinação de resultados	<p>Durante o exercício de 2022, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pela Lei das Sociedades por Ações e pelo Estatuto Social.</p>

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura venda e compra de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(iii) contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(b) natureza e o propósito da operação

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.10 Planos de negócios

2.10 - Plano de negócios

(a) investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos;

Os investimentos de capital previstos pela Companhia consistem fundamentalmente em investimentos associados à implantação de novas lojas e reforma das lojas existentes.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia investiu R\$ 144.184 mil em aquisição de imobilizado e intangíveis (líquido do saldo parcelado), sendo que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, este número foi de R\$ 172.870 mil.

As principais fontes de financiamento dos investimentos de capital que a Companhia costuma realizar são: (i) a geração de caixa; e (ii) obtenção de crédito junto a entidades financeiras independentes.

A Companhia informa que não está em andamento ou prevista a realização de quaisquer desinvestimentos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A Companhia informa que não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços, incluindo (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

Não aplicável, tendo em vista que não há, atualmente, quaisquer oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia estritamente relacionadas a questões ASG.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Conclusão da Arbitragem do Contrato de Master Franquia

Conforme fato relevante divulgado em 19 de janeiro de 2021, a Companhia foi impactada pela pandemia de Covid-19 com relação às metas e prazos de aberturas de lojas e em 18 de janeiro de 2021 recebeu notificação de resolução do “*Contrato de Master Franquia*” pela Kentucky Fried Chicken International Holdings LLC (“KFC”), com efeitos a partir de tal data; e, em 26 de janeiro de 2021, a Companhia tomou conhecimento de requerimento de arbitragem apresentado pela KFC.

Adicionalmente, a KFC ajuizou ação cautelar perante o Juízo da 2ª Vara Empresarial e Conflitos de Arbitragem da Comarca de São Paulo, que corre em segredo de justiça (“Ação Cautelar”), e, em 26 de fevereiro de 2021, foi proferida decisão que: (i) indeferiu os pedidos da KFC na Ação Cautelar, em especial os pedidos de reconhecimento da resolução do contrato (que, portanto, se mantém vigente) e de revogação da exclusividade da KSR Master Franquia Ltda., subsidiária da Companhia, na condução da operação KFC no Brasil; e (ii) apenas autorizou a KFC a negociar com potenciais parceiros a expansão da rede KFC no Brasil, destacando que a existência da disputa objeto da Ação Cautelar constitui informação essencial aos eventuais interessados.

Conforme divulgado por Fato relevante no dia 19 de abril de 2022, o Tribunal Arbitral emitiu ordem processual acolhendo o pedido conjunto da Companhia, dos garantidores e da KFC para suspensão do procedimento arbitral requerido pela KFC em face da Companhia e dos garantidores. A suspensão foi solicitada para que as partes negociem, de comum acordo, uma solução para o conflito em questão.

Em 31 de outubro de 2022, foi celebrado um acordo de renovação da parceria com a KFC, a partir de um novo “*Contrato de Master Franquia*”, válido por 10 anos, o qual prevê que a Companhia será o master franqueado da KFC com foco nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Como consequência da celebração deste acordo firmado entre as partes, o procedimento arbitral requerido em face da Companhia e garantidores será encerrado, após a apresentação da petição conjunta ao tribunal arbitral requerendo a extinção deste processo, sem quaisquer danos e/ou multas para a Companhia e a continuidade dessas operações.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração em 26/10/2022.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

Nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos, as finalidades da gestão de riscos na Companhia são identificar e mitigar os riscos que permeiam as suas atividades, podendo impactar o atingimento dos seus objetivos e a perpetuidade dos seus negócios.

Nesse sentido, a gestão de riscos na Companhia se baseia no alinhamento dos seus objetivos estratégicos com uma estrutura adequada de identificação e mitigação de riscos, em conformidade com as melhores práticas de mercado e norteadas pelos seguintes princípios:

- Processos integrados: deve permear toda a organização da Companhia e suas Controladas, permitindo a identificação e o monitoramento dos riscos em todos os processos de negócios;
- Monitoramento contínuo: os riscos a que a Companhia e suas Controladas estão expostas devem ser gerenciados continuamente e atualizados periodicamente;
- Transparência e confiabilidade das informações: o processo de gerenciamento de riscos deve seguir os princípios éticos da Companhia e as informações prestadas nesse contexto devem ser confiáveis e estar em conformidade com a legislação aplicável.

Partindo desses princípios, o processo de gestão de riscos da Companhia, conforme descrito na Política de Gerenciamento de Riscos, envolve as seguintes etapas, detalhadas no item 5.1.b.ii abaixo: (i) identificação; (ii) avaliação; (iii) tratamento; e (iii) acompanhamento.

A gestão de riscos não é atribuição exclusiva de um único executivo ou departamento, estruturando-se como um processo integrado entre todas as áreas de negócios da Companhia e suas controladas. Participam desse processo, conforme as respectivas atribuições estabelecidas na Política de Gerenciamento de Riscos e resumidas no item 5.1.b.iii abaixo, a Auditoria Interna, o Comitê de Gestão de Riscos, a alta administração da Companhia, composta pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração e, no que couber, o Comitê de Auditoria.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia considera as seguintes classes de riscos em seu processo de mapeamento:

- Riscos relacionados à estratégia: Aqueles associados às questões corporativas amplas, como fatores competitivos, estrutura organizacional, desenvolvimento de produtos, parcerias, terceirização de atividades, estratégia de formação de preços;
- Riscos financeiros: Aqueles associados à posição financeira da Companhia e suas controladas, tanto a instrumentos relacionados à tesouraria e fluxos financeiros quanto a riscos relacionados a relatórios financeiros (internos e externos);

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Riscos relacionados à tecnologia da informação: Aqueles decorrentes de tecnologias de informação utilizadas no negócio, eventualmente não efetivas ao suporte de necessidades atuais e futuras da Companhia e de suas controladas, não operando como o planejado e que comprometa a integridade, a segurança e a confiabilidade de dados e informações e que expõe recursos significativos e estratégicos a perdas potenciais ou mau uso, ou ameaça a habilidade da companhia na sustentação da operação de processos críticos;
- Riscos legais: Aqueles associados aos aspectos jurídicos que envolvem a Companhia e suas controladas;
- Riscos operacionais: Aqueles associados com a habilidade da Companhia e de suas controladas operarem e controlarem seus processos principais de maneira previsível e pontual. Refere-se à integridade e consistência dos processos internos, pessoas e sistemas que suportam o negócio do ou de eventos externos;
- Riscos de conformidade: Aqueles associados com a habilidade da Companhia e suas controladas de cumprirem com obrigações regulatórias, legais e exigências fiduciárias;
- Riscos ambientais: Aqueles associados à gestão inadequada de questões ambientais, causando efeitos como a contaminação decorrente das disposições inadequadas de resíduos sólidos no ambiente.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

A Companhia adota uma série de procedimentos internos de identificação e verificação dos riscos a que está sujeita, cabendo aos órgãos responsáveis pela gestão de riscos, conforme descrito no item 5.1.b.iii seguir, definir e cumprir as respectivas estratégias e medidas de prevenção, tratamento e acompanhamento dos riscos e, se for o caso, da implementação de medidas de correção e planos de ação que venham a ser estabelecidos de acordo com o tipo e a criticidade, bem como eventuais especificidades, de cada caso.

Os processos de gestão de riscos seguem as seguintes etapas:

- Identificação dos Riscos: A identificação dos riscos é realizada pelo Comitê de Gestão de Riscos, com o auxílio das Diretorias Financeiras e Administrativas e da Auditoria Interna, e ocorre, principalmente, por meio de análises de indicadores definidos, do mapa de riscos e de procedimentos específicos para cada área de risco, conforme definições do Comitê de Gestão de Riscos.
- Avaliação dos Riscos: Uma vez identificados os riscos, o Comitê de Gestão de Riscos os avalia segundo instrumentos como mapa de calor, tabela de nível de criticidade, entre outros.
- Tratamento: Após a condução dos procedimentos descritos acima, a Auditoria Interna reporta os riscos e seus respectivos graus de relevância para o Comitê de Gestão de Riscos, que pode tomar as seguintes decisões sobre como atuar em relação aos riscos: determinar procedimentos a serem adotados e definir se a Companhia vai tentar reduzir os riscos, assumir os riscos, criar plano de ação, entre outras medidas.
- Acompanhamento dos Riscos: Os riscos, bem como os respectivos planos de ação, se existentes, serão continuamente acompanhados e revisados pelo Comitê de Gestão de Riscos e pela Auditoria Interna.

Em relação aos riscos de mercado, vide item 5.2.b deste Formulário de Referência.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia compreende a atuação coordenada de diversos órgãos internos, notadamente (a) a alta administração, composta pelo Conselho de Administração e a Diretoria (b) o Comitê de Gestão de Riscos; (c) a Auditoria Interna; e (d) o Comitê de Auditoria, no que couber.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Nessa estrutura, a Auditoria Interna e o Comitê de Gestão de Riscos, auxiliados pelas Diretorias financeiras e administrativas, são responsáveis pela identificação, avaliação, tratamento e acompanhamento dos riscos relativos às atividades de Companhia, devendo reportar, com a periodicidade que julgarem adequada, os principais riscos identificados à alta administração da Companhia, e, no que couber, de acordo com a Política de Auditoria Interna da Companhia, ao Comitê de Auditoria.

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia atribui as seguintes competências ao Comitê de Gestão de Riscos:

- a) Estabelecer e formalizar as regras operacionais para seu próprio funcionamento;
- b) Revisar e/ou implementar uma Política de Gerenciamento de Riscos para o Grupo IMC, garantindo que esteja em consonância com os padrões de integridade e valores éticos da Companhia, bem como que (i) alcance todas as atividades do Grupo IMC; (ii) guarde conformidade com normativos estabelecidos por órgãos reguladores; e (iii) assegure que o Grupo IMC tenha uma estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos seus produtos e serviços, atividades, processos, sistemas e a dimensão de sua exposição aos riscos, permitindo o seu adequado gerenciamento;
- c) Indicar os proprietários de riscos;
- d) Analisar os resultados da avaliação de exposição a riscos (Matriz de Riscos), assim como, a estrutura de controles internos capazes de mitigar a ocorrência de riscos;
- e) Definir as estratégias e diretrizes para a gestão de riscos, estabelecendo os riscos a serem priorizados para tratamento, com base nas sugestões e informações fornecidas pela área de Auditoria Interna;
- f) Dar apoio às ações para o tratamento dos riscos e discutir os impactos dos planos de ação não concluídos na data prevista, com consequente estabelecimento de medidas de ação corretiva;
- g) Avaliar o desempenho dos indicadores de riscos, de modo a alinhá-los aos objetivos estratégicos da Companhia;
- h) Reportar à Diretoria e ao Conselho de Administração os resultados do processo de gerenciamento dos riscos;
- i) Conhecer os relatórios de acompanhamento das inspeções dos órgãos reguladores; e
- j) Reforçar o comprometimento dos gestores em relação aos aspectos de gerenciamento de riscos, conforme diretriz da administração.

As atividades de Comitê de Gestão de Riscos são coordenadas por um membro independente da Diretoria e tem como secretário o gerente da Auditoria Interna.

A Auditoria Interna, por sua vez, além de avaliar e melhorar a eficácia do gerenciamento de riscos, também é responsável pela implementação da Política de Auditoria Interna da Companhia, devendo reportar ao Comitê de Auditoria os riscos identificados no processo de gestão de riscos que se insiram no escopo de atribuições de tal comitê. Finalmente, o Conselho de Administração e a Diretoria, por sua vez, são responsáveis por estabelecer as diretrizes gerais que norteiam a gestão de riscos na Companhia, zelando pelo seu bom funcionamento.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

A Companhia possui estrutura operacional definida para a implementação da sua Política de Gerenciamento de Riscos - conforme descrita no item 5.1.b.iii acima – composta, principalmente, por uma Auditoria Interna e um Comitê de

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Gestão de Riscos, os quais se reportam à Diretoria e ao Conselho de Administração e ainda, conforme o caso, ao Comitê de Auditoria.

Na visão da Companhia, essa estrutura permite a implementação adequada e efetiva dos seus procedimentos internos de gestão de riscos, sem prejuízo à avaliação contínua do Conselho de Administração e da Diretoria quanto à necessidade de eventuais alterações estruturais ou da adoção de quaisquer outras medidas destinadas a aprimorar a gestão de riscos e os controles internos da Companhia.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 - Descrição dos controles internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia tem como prática monitorar constantemente os riscos do seu negócio, que possam impactar de forma adversa suas operações e resultados, incluindo mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades.

Os riscos são mapeados de forma preventiva através de procedimentos centralizados conduzidos pela Auditoria Interna da Companhia, que oferece suporte à Administração a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

A Companhia conta com uma Política de Auditoria Interna, aprovada pelo Conselho de Administração em 17 de junho de 2020, que prevê que cabe à Auditoria Interna determinar que todas as empresas e áreas do Grupo IMC sejam revisadas em intervalos regulares de tempo, assegurando-se que estas cumpram suas funções de planejamento, contabilização, custódia e controle, conforme normas internas e externas e segundo políticas e procedimentos instituídos, de acordo com os altos padrões das práticas operacionais e de gestão.

A Auditoria Interna é responsável por elaborar um plano de trabalho baseado na avaliação de riscos, contendo os macroprocessos que farão parte do escopo da atividade de auditoria interna, considerando todas as funções das empresas do Grupo IMC, abrangendo serviços terceirizados. O plano deve conter a proposta de cronograma e de alocação dos recursos disponíveis. Ademais, são elaborados anualmente pela Auditoria Interna relatórios de suas atividades contendo o sumário dos resultados dos trabalhos de auditoria, suas principais conclusões, recomendações e planos de ação das áreas auditadas.

O plano de trabalho e o relatório anual de auditoria interna são submetidos para aprovação do Comitê de Auditoria e Conselho de Administração.

A abordagem utilizada pela Auditoria Interna compreende quatro etapas:

Planejamento: Etapa que compreende, entre outros processos, a elaboração de políticas, manuais, organogramas, revisão de processos e projetos, fluxos e dos resultados de testes de controles internos;

Diagnóstico: Etapa que compreende, entre outros processos, a elaboração de matriz de riscos, definição do escopo/dimensionamento e definição do programa de testes;

Testes em campo: Etapa que compreende, entre outros processos, a realização de testes em campo, a obtenção de evidências, a identificação de apontamentos de auditoria e avaliação do risco residual;

Relatório: Etapa de elaboração do relatório de auditoria, que contém apontamentos, recomendações, planos de ação e prazo de implantação.

Findas as quatro etapas, tem início a fase de acompanhamento periódico de planos de ação, destinada à correção dos apontamentos que foram identificados nos trabalhos de auditoria. O acompanhamento dos planos de ação é apresentado ao Comitê de Auditoria trimestralmente, e contém indicadores que representam os status e a evolução da implantação dos planos de ação definidos para mitigar os riscos apontados.

Excepcionalmente e mediante autorização prévia do Comitê de Auditoria, a Auditoria Interna poderá executar outras atividades, como revisões especiais (processos de due dilligence, investigações internas e revisões extraordinárias de controles), bem como auditorias investigativas em casos de possíveis fraudes e consultoria técnica.

5.2 Descrição dos controles internos

De maneira geral, na prática, o monitoramento de risco baseia-se 20% na análise de resultados e mapeamento de cenários e 80% nas visitas de campo. As visitas a campo são feitas a partir do estudo de indicadores de desempenho (P&L, relatório de dias de estoque, relatório de gestão a vista, descontos ou cortesias, cancelamentos de vendas, diferenças de caixa). As visitas seguem um planejamento ordinário anual, mas também são realizadas visitas extraordinárias de acordo com eventuais necessidades específicas.

O plano global de auditoria é elaborado anualmente, abrange todos os negócios da Companhia, considera todas as unidades, processos, atividades e os riscos de maior inerência e relevância de todas as operações, e busca abarcar preocupações do corpo diretivo e do Comitê de Auditoria. Após avaliação e aprovação pelo Comitê de Auditoria, o plano é executado pela Auditoria Interna sob coordenação do gestor da área.

A execução do plano anual de auditoria é realizada pela Auditoria Interna mediante visitas executadas com base em um *checklist* eletrônico específico para cada segmento de negócio (restaurantes, postos de combustível, comissárias e cozinha central). Ao final das visitas, são gerados relatórios automatizados de consolidação, os quais (i) são enviados às respectivas áreas de operações, que retornam com Planos de Ação de reversão e (ii) servem como base para as iniciativas de prevenção a perdas (novos *checklists* e revisão/implementação de novos processos).

Atualmente, a equipe está estruturada para atender às seguintes frentes: automação dos inventários; auditoria de operações (principais processos: estoques, compras, tesouraria, disponibilidade de sistema, procedimentos, normas e políticas internas), auditoria de departamentos corporativos, canal de denúncias e assessoria ao Comitê de Gestão de Riscos.

Adicionalmente, são providenciados relatórios de risco para as principais operações comerciais e financeiras, avaliação centralizada do risco jurídico e coordenação global de cobertura de seguro da Companhia. A equipe responsável por cada departamento garante a implementação desses procedimentos.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia compreende a atuação coordenada de diversos órgãos internos, notadamente (a) a alta administração, composta pelo Conselho de Administração e a Diretoria; (b) o Comitê de Gestão de Riscos; (c) a Auditoria Interna; e (d) o Comitê de Auditoria, no que couber. Segue abaixo resumo das responsabilidades e atribuições previstas na Política de Auditoria Interna da Companhia e, no caso do Comitê de Gestão de Riscos, na Política de Gerenciamento de Riscos:

Auditoria Interna

- a) Identificar e avaliar exposições significativas a riscos, contribuindo para melhoria dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos;
- b) Contribuir para a manutenção de controles internos confiáveis, avaliando sua efetividade e eficiência, sugerindo melhorias contínuas para mitigação dos riscos identificados;
- c) Identificar oportunidades para aprimoramento das práticas operacionais de gestão, tecnologia e de controle;
- d) Avaliar o nível de implementação dos planos de ações condensados com os gestores para a melhoria do processo de governança corporativa;
- e) Colaborar na mensuração do impacto financeiro (perda de receitas e custos incorridos) relacionado aos riscos não minimizados, sempre que possível;
- f) Efetuar o planejamento de atividade de auditoria interna e submeter à aprovação do Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria;

5.2 Descrição dos controles internos

- g) Executar os trabalhos em conformidade com o planejamento aprovado;
- h) Realizar reuniões com o Comitê de Auditoria e com o Conselho de Administração para apresentar o resultado dos trabalhos realizados;
- i) Acompanhar os planos de ações propostos pelas áreas até sua implantação;
- j) Manter arquivados pelo prazo mínimo de cinco anos todos os documentos derivados das atividades de auditoria interna, como por exemplo, mas não se limitando, ao Plano Trienal de Auditoria Interna, Papéis de Trabalho e Relatórios de Auditoria; e
- h) Dar suporte administrativo ao Comitê de Auditoria.

Comitê de Auditoria

- a) Aprovar o plano de trabalho da auditoria interna;
- b) Supervisionar e avaliar a efetividade das auditorias independente (sua independência, objetividade, qualidade dos serviços prestados e adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia) e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia e suas controladas, além de regulamentos e códigos internos;
- c) Avaliar o cumprimento, pela Diretoria da Companhia e de suas controladas, das recomendações feitas pela Auditoria Interna;
- d) Apreciar o relatório das atividades desempenhadas pela Auditoria Interna.

Comitê de Gestão de Riscos

As atribuições deste Comitê estão definidas na Política de Gerenciamento de Risco da Companhia e podem ser encontradas no item 5.1.b.iii deste Formulário de Referência.

Conselho de Administração

- a) Assegurar a independência e a efetividade da atividade de auditoria interna, inclusive quando exercida por terceiros;
- b) Aprovar a Política de Auditoria Interna;
- c) Prover os meios necessários para que a atividade de auditoria interna seja exercida adequadamente;
- d) Informar tempestivamente os responsáveis pela atividade de auditoria interna quando da ocorrência de qualquer mudança material ocorrida na estratégia, nas políticas e nos processos de gestão de riscos da Companhia;
- e) Definir a política de remuneração dos membros da equipe de auditoria interna, a qual não deverá estar atrelada ao desempenho das áreas de negócios, de forma a não gerar conflitos de interesses.

Áreas Auditadas

- a) Garantir aos auditores internos o livre acesso às instalações, pessoas, bens, sistemas, registros, documentos e informações necessárias ao cumprimento dos objetivos de auditoria;

5.2 Descrição dos controles internos

- b) Prover informações conforme prazo acordado (e.g., relatórios, documentos, políticas e fluxogramas), a fim de viabilizar a execução dos trabalhos da Auditoria Interna;
- c) Comunicar à Auditoria Interna qualquer atividade que não esteja de acordo com o Código de Conduta e Ética, documentos normativos da Companhia e/ou com a legislação vigente de cada país;
- d) Encaminhar à Auditoria Interna qualquer relatório ou documento oriundo de fiscalização por órgãos externos, ou auditorias externas, bem como as ações acordadas ou previstas para sanar o problema ou recomendação; e
- e) Assegurar a implementação do plano de ação, respeitando os prazos acordados e que eventuais desvios sejam prontamente comunicados à Auditoria Interna.

As demonstrações financeiras, por sua vez, são elaboradas pelo Departamento Contábil e revisadas pela Gerência Contábil e pela Diretoria Financeira. Adicionalmente, as demonstrações financeiras são submetidas ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, que revisa os aspectos contábeis e financeiros mais significativos, assim como discute os pontos de atenção e ajustes mais relevantes.

Além disso, ao final de cada exercício social, os auditores externos emitem uma carta de recomendações sobre os controles internos da Companhia. Posteriormente, a Companhia monitora os pontos identificados pelo auditor independente e implementa melhorias nos controles internos a fim de sanar eventuais falhas ou incorreções.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A elaboração das demonstrações financeiras é supervisionada pela Diretoria Financeira, bem como pelo Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, sendo ambos responsáveis por revisar seus aspectos mais relevantes, bem como por assegurar a eficiência dos controles internos da Companhia como um todo.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os trabalhos realizados pelo auditor independente da Companhia não apresentaram deficiências ou recomendações consideradas significativas nos controles internos da Companhia relativos à elaboração das suas demonstrações financeiras. Nada obstante, em linha com a prática da Companhia de monitorar continuamente a qualidade e a adequação dos seus controles internos, bem como tomar medidas destinadas ao seu aprimoramento, descrevemos na tabela constante do item “e” abaixo a deficiência e recomendação apontada pelo auditor independente considerada mais relevante pela administração da Companhia, acompanhada dos respectivos comentários da Diretoria.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Deficiências apontadas	Recomendações da Auditoria Independente	Comentários da Administração
Lançamentos contábeis manuais	<i>“A Companhia deve implementar processo que possibilite a aprovação de lançamentos manuais por funcionário em cargo com maior senioridade do que o do preparador, e</i>	Esclarecemos, em primeiro lugar, que a Companhia realiza atividades de revisão segregada entre os diversos departamentos visando a mitigar quaisquer riscos advindos

5.2 Descrição dos controles internos

	<p><i>que tenha as qualificações relevantes para efetuar essa revisão como documentadas em seu job description.</i> Tal aprovação deve abranger lançamentos manuais acima de valor determinado pela Administração.</p> <p>Como todos os lançamentos são automaticamente numerados pelo <i>software de contabilidade</i>, um sistema de <i>preenchimento eletrônico</i> deve ser mantido para que uma cópia de cada lançamento seja arquivada juntamente com as respectivas documentações suporte e aprovações, visando fortalecer os controles internos da Companhia.”</p>	<p>dos lançamentos manuais operados nos sistemas contábeis da Companhia.</p> <p>Nada obstante, a Companhia tem planos de ação em curso que visam: (i) aprimorar a interface entre os sistemas mediante revisão dos processos de tecnologia da informação; (ii) a atualização de versão do ERP adotado (SAP), e o <i>rollout</i> da implementação de coletores na realização de inventários físicos; e (iii) substituição dos sistemas utilizados pelos nossos fornecedores de business process outsourcing (“BPO”) por nossos sistemas de gestão corporativa SAP, bem como a internalização das atividades desenvolvidas pelos fornecedores de BPO.</p>
--	--	---

5.3 Programa de integridade

5.3 - Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os principais procedimentos e controles de integridade da Companhia estão descritos em seu um Código de Conduta e Ética ("Código de Conduta"), uma declaração formal sobre os princípios éticos e padrões de conduta profissional que devem nortear as atividades de todos os seus colaboradores, administradores, conselheiros, diretores, empregados, estagiários e terceirizados, sem distinção de cargos (conjuntamente, "Protagonistas") nas suas relações com outros colaboradores, com acionistas, sócios, clientes, fornecedores, parceiros, com a comunidade e com órgãos públicos em geral. O Código de Conduta representa uma diretriz para os demais documentos normativos da Companhia.

Em seu Código de Conduta, a Companhia expressa sua intolerância com qualquer prática ilícita, particularmente no que concerne a atos de suborno e outras práticas de corrupção em interações com a administração pública, atuando de forma congruente com a Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e demais leis aplicáveis.

Os riscos aos quais a Companhia está submetida são reavaliados mensalmente. A revisão de políticas e procedimentos, por sua vez, se dá anualmente ou sempre que necessária ou determinada pelo Comitê de Auditoria e pelo Comitê de Gestão de Riscos.

A Companhia possui um canal de denúncias ("Canal Confidencial") aberto a todos os Protagonistas e terceiros e destinado à recepção e processamento de relatos ou denúncias de violações às suas normas internas ou à legislação vigente.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O Comitê de Ética, órgão instalado por autorização e deliberação do Conselho de Administração da Companhia, é responsável pela observância e pelo cumprimento dos princípios éticos definidos pelas leis nacionais e internacionais vigentes, pelos documentos internos da Companhia e pelo seu Código de Conduta e Ética, em quaisquer relações comerciais ou profissionais estabelecidas pela Companhia.

O Comitê de Ética possui, nos termos de seu Regimento Interno, as seguintes funções, entre outras que lhe venham a ser designadas pelo Conselho de Administração:

- Assegurar a compreensão das diretrizes de conduta da Companhia e esclarecer dúvidas referentes ao Código de Conduta e Ética;
- Promover a ampla divulgação do documento junto a todos os colaboradores e terceiros;
- Acompanhar as ocorrências de ética e compliance em andamento e garantir o tratamento adequado para os conflitos e os desvios de conduta, previstos ou não no Código de Conduta e Ética;

5.3 Programa de integridade

- Determinar as providências de apuração de denúncias, recomendar procedimentos, deliberar ações de resolução sobre situações de condutas proibidas ou indesejadas e contrárias ao Código de Conduta e Ética da Companhia; e
- Revisar periodicamente e recomendar eventuais alterações ao Código de Conduta e Ética Companhia.

O Comitê de Ética apresenta periodicamente ao Conselho de Administração relatórios gerenciais sobre seu funcionamento, denúncias recebidas e resoluções que vier a emitir.

Os três membros permanentes do Comitê de Ética (Diretor Presidente, Diretor Jurídico e Diretor de Recursos Humanos) poderão convidar outros indivíduos para auxiliá-los em suas deliberações, e sua destituição poderá ser determinada a qualquer tempo por decisão do Conselho de Administração. O Regulamento do Comitê de Ética prevê a garantia de total independência dos membros do Comitê de Ética no exercício de suas funções.

O Comitê de Auditoria da Companhia possui entre suas competências a atribuição de zelar pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos, de administração de riscos e compliance. Dentre outras atribuições, o Regimento Interno do Comitê de Auditoria prevê que lhe cabe:

- Avaliar, monitorar e recomendar à administração da Companhia a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas, caso existente;
- Revisar os resultados de investigações sobre a administração e seu acompanhamento, incluindo ações disciplinares, em quaisquer atos fraudulentos ou de não conformidade;
- Estabelecer procedimentos para receber denúncias, inclusive sigilosas, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades.

(iii) **se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

Sim. O Código de Conduta é aplicável sem distinção de cargos a todos os administradores e colaboradores da Companhia. Ademais, a Companhia demanda que fornecedores, clientes e parceiros estejam, nas suas relações com o Grupo IMC, em conformidade com os princípios éticos e padrões de conduta estabelecidos no Código de Conduta.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

O Grupo IMC promove, anualmente, treinamentos aos Protagonistas (conforme definição do item 5.4.a.i), independentemente de hierarquia, com o objetivo de garantir a conscientização acerca dos princípios, valores e conceitos previstos neste Código, bem como sua ampla divulgação.

Os treinamentos são conduzidos sob supervisão do Comitê de Ética.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O Código de Conduta da Companhia estipula que aqueles que violarem suas normas estarão sujeitos a medidas disciplinares. Ademais, o descumprimento de leis federais, estaduais, locais e de quaisquer leis estrangeiras aplicáveis, e das políticas e procedimentos corporativos da Companhia poderá resultar em sanções administrativas, inclusive na

5.3 Programa de integridade

rescisão do contrato de trabalho por falta grave, sem prejuízo de reparações civis e da responsabilidade criminal aplicáveis.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A última atualização do Código de Conduta foi aprovada pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2023 e está disponível em seu *website* de relação com investidores, <www.internationalmealcompany.com/ri>.

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia conta com um Canal Confidencial, destinado a servir como meio de comunicação segura e confidencial de condutas consideradas contrárias aos princípios e normas do Código de Conduta da Companhia, às suas normas e procedimentos internos ou à legislação vigente. O Canal Confidencial é administrado por empresa independente especializada, e está disponível pelo *website* <www.canalconfidencial.com.br/imc/> ou pelo número de telefone gratuito 0800 0562 499, de segunda a sexta-feira, das 09h às 17h.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal Confidencial está disponível para recebimento de denúncias de Colaboradores e de terceiros.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

As denúncias, relatos ou comunicações recebidas pelo Canal Confidencial terão seu sigilo absolutamente garantido, podendo inclusive ser realizados de forma anônima. Por meio de um número de protocolo recebido no ato da apresentação de relato ou denúncia é possível ao denunciante acompanhar o andamento de seu relato de forma sigilosa.

O Código de Conduta da Companhia é expresso ao dispor que nenhuma ação ou retaliação trabalhista adversa pode ser praticada direta ou indiretamente contra qualquer pessoa que relate em boa-fé uma preocupação ou forneça assistência ou informações ao Comitê de Ética e à administração.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.**

Conforme atribuições de seu Regimento Interno, já descritas no item 5.4.a.ii., o Comitê de Ética da Companhia é o órgão responsável pela apuração das denúncias. O Comitê de Auditoria da Companhia, por sua vez, é responsável pela revisão dos resultados de investigações sobre a administração e seu acompanhamento, bem como responsável por apurar as denúncias de fraude interna recebidas pelo sistema.

(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Embora tais procedimentos não sejam formalizados atualmente, a Companhia adota uma prática de ser extremamente diligente em processos de fusão, aquisição e reestruturação societária visando à identificação de vulnerabilidades e qualquer risco que possa ocorrer em função de práticas irregulares nas entidades envolvidas.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

5.3 Programa de integridade

Não aplicável, em vista das informações já apresentadas nesta Seção 5.3.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Em 2022 a Companhia atualizou a Política de Gerenciamento de Riscos, estabelecendo os princípios e parâmetros a serem observados em relação ao processo de gerenciamento de risco com vistas a identificar, avaliar, priorizar e gerenciar riscos.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Nenhum comentário relevante.